

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 4 DE MARÇO DE 2015

NÚMERO 6.796

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Sílvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVÇÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Sílvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Antonio Aguiar
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Cesar Valduga
Doutor Vicente
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ismael dos Santos
Ricardo Guidi
Doutor Vicente
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 118ª Sessão Ordinária realizada em 17/12/2014.....2 Ata da 031ª Sessão Extraordinária realizada em 17/12/2014.....9 Ata da 032ª Sessão Extraordinária realizada em 17/12/2014.....21 Ata da 033ª Sessão Extraordinária realizada em 17/12/2014.....22</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência DL26 Atos da Mesa DL26 Atos da Mesa27</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.....29 Decreto Legislativo.....29 Portarias.....29</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Esta Presidência comunica ao plenário que acaba de assinar e determinar a publicação do seguinte ato:

(Passa a ler.)

“Ato da Presidência n. 048-DL, de 2014
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, em conformidade com o dispositivo nos arts. 42 e 43 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

Nomeia para constituir a Comissão Representativa, os seguintes Senhores Deputados:

Deputado Romildo Titon
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Aldo Schneider
Deputado Dóia Guglielmi
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Darci de Matos
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Sargento Amauri Soares
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em

Florianópolis, 16 de dezembro de 2014” [sic].
Nomeada a comissão Representativa, que terá a responsabilidade de representar a Casa no período de recesso, determino a sua publicação.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, o deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, uso a tribuna neste espaço para simplesmente agradecer.

Há 24 anos vim a esta Assembleia com o propósito de permanecer pelo tempo que a comunidade determinasse através do voto e

assim fiquei 24 anos lutando pela nossa terra, pela nossa gente e pela nossa região.

Tive aqui uma trajetória com a qual muito aprendi, dediquei-me muito, com muita responsabilidade, cumprindo determinações que nos foram impostas pelo Regimento, pela Constituição. E por isso, sras. deputadas e srs. deputados, hoje só tenho a agradecer.

Agradeço aos colegas deputados, deputado Sargento Amauri Soares, aos colegas desde a nossa primeira Legislatura até hoje, pela confiança, pela amizade, pelo convívio que aqui tivemos.

Agradeço o setor empresarial, as grandes, as pequenas, as micro e as médias empresas.

Agradeço o setor produtivo na área da pecuária e da agricultura.

Agradeço o setor cooperativista através da Ocesc, através da Fecoagro e da OCB, que nos deram oportunidade de trabalhar junto aos nossos abnegados cooperativados em todas as cooperativas legalmente organizadas do nosso estado.

Agradeço aos trabalhadores da indústria, do comércio, aos profissionais liberais, aos desportistas, em todas as suas modalidades, em especial, aos nossos tradicionalistas, que há tantos anos cultuam, ainda, uma tradição tão bonita como o tradicionalismo gaúcho. Aos nossos viticultores, uma modalidade que não existe há muitos anos em nosso estado, no seu aperfeiçoamento, na qualidade das nossas uvas e dos seus

derivados, como o vinho, o suco, as massas açucaradas, que vem levando o nome de Santa Catarina e competindo com outros países na produção, principalmente dos nossos vinhos espumantes.

E aqui quero fazer um cumprimento especial aos funcionários da Casa, do nosso gabinete, todos que nos acompanharam desde o primeiro dia, pois, se não fosse eles não teríamos desempenhado o nosso papel de parlamentar a contento nesta Casa, desde o mais humilde funcionário até a nossa assessoria da Mesa, nossos anjos da guarda, da retaguarda da Mesa, quando fazíamos parte, que nos auxiliavam.

Quero cumprimentar minha família, a Denise, minha esposa, a Marion, o Reninho, o Felipe, a minha mãe, dona Rosa, que tem 96 anos e que tanto me incentivou para que exercesse essa atividade que meu pai me ensinou. Temos essa responsabilidade de externar aqui, por tudo aquilo que recebi de apoio da minha família. Eu sei que nesses 24 anos, muito pouco, talvez 0,01% dos finais de semana eu fiquei em casa, mas cumpri com o meu dever de parlamentar visitando as bases, buscando informações e orientações para bem legislar em nome dos catarinenses.

Também quero cumprimentar os companheiros de partido que me apoiaram, os companheiros de outros partidos, todas as entidades e as instituições que receberam subvenções, convênios desta Casa e que muito bem aplicaram junto às suas comunidades. E quero agradecer ao nosso governador Raimundo Colombo, que assumiu compromisso com o nosso partido e cumpriu na íntegra até hoje, fazendo com que indicássemos entidades que poderiam receber recursos, como prefeituras e associações. Cumprimento também os meus adversários, aqueles que nos criticaram, os que fiscalizaram nossas ações neste Plenário. Eu os respeito, porque com as suas fiscalizações pude, cada vez mais, prestar o meu trabalho honesto nesta Casa, sem dar a menor oportunidade a quem quer que seja de buscar, na imprensa escrita, falada ou televisada, qualquer deslize deste parlamentar pelo respeito que tenho com a nossa gente, com o nosso povo.

É importante que se diga que sempre aceitei as críticas construtiva e sempre repudiei críticas infundadas e calúnias, mas como parlamentar, temos responsabilidades.

E deixamos esta Casa, deputado Ismael dos Santos, não com tristeza, mas com a certeza de que procuramos fazer o melhor e dar o máximo da nossa vida em benefício da nossa comunidade.

Por isso, saio de cabeça erguida, graças a Deus! Ainda temos o dia de hoje e o de amanhã para que outros parlamentares se pronunciem e digam se realmente eu não cumpri com o meu dever de parlamentar nesta Casa.

Quantos projetos, indicações e moções? Não enumerei nem vou enumerar aqui. Em outra oportunidade, talvez, o faça. Mas hoje quero somente agradecer toda essa gente que me ajudou e, também, todos os prefeitos que me ajudaram, em nome do prefeito de Treze Tílias, Mauro Dresch, que acaba de adentrar ao nosso Parlamento, juntamente com o vice-prefeito, Leonir Primo de Rós, do nosso grande amigo e vereador Leocrides João Brandalise, e do chefe-de-gabinete, Rafael Jansen.

Em nome dessas pessoas agradeço àqueles que com mandato nos seus municípios nos ajudaram, nos buscaram e nos solicitaram, pois sempre procuramos, dentro do possível, atendê-los. Jamais, em momento algum, demos às costas àqueles que nos procuraram, por mais humilde, deputado Ismael dos Santos, que fosse a pessoa que chegasse ao nosso gabinete, sempre procurávamos atendê-los dentro do possível.

Por isso, saio desta Casa, juntamente com o deputado Manoel Mota, com os deputados Gilmar Knaesel, Nilson Gonçalves, Angela Albino, Joares Ponticelli,

Renato Hinnig, Sargento Amauri Soares e Jailson Lima, que deixarão este plenário, tenho certeza absoluta, com as obrigações cumpridas.

Eu e o deputado Manoel Mota, que estaria no sétimo mandato, assim como eu, fomos salvos, um pela desistência e outro pelas urnas. V.Exa., deputado Manoel Mota, disse, ontem, que quem chega ao 7º mandato não passa do primeiro semestre. Então, nós, felizmente, teremos uma vida longa ainda porque não chegamos ao 7º mandato, chegamos no 6º mandato e cumrimos com a nossa obrigação. Por isso, quero agradecer, de coração, a presença de vocês...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas gostaria de dizer - sei que o deputado Nilson Gonçalves irá se manifestar também para certamente fazer a sua despedida - ao deputado Reno Caramori, que foi o decano da Casa, que não sou tão novo assim, mas era adolescente e já ouvia falar no deputado estadual Reno Caramori. Mas gostaria apenas de deixar uma frase a v.exa., deputado Reno Caramori, meu amigo, e aos que se despedem, nesta tarde, deste Parlamento. Do poeta Willian Fee: "A maioria das pessoas não quer saber das tempestades que passamos, mas quer saber se trouxemos o navio". E v.exa., juntamente com os que se despedem nesta tarde, provou isso, ou seja, trouxeram o navio com muitos resultados e um legado para Santa Catarina.

Parabéns a todos vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Ismael dos Santos. Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, evidentemente que eu não sou tão antigo quanto o meu querido amigo Reno Caramori, muito menos quanto o meu amigo Manoel Mota, mas criei também aqui raízes nesta Casa pelo tempo que fiquei.

Comecei minha vida pública em 1992 e, desde então, não tenho feito outra coisa senão me dedicar, evidentemente, também, com os meus programas de TV e de rádio, em Joinville. E desde 1998, quando fui eleito deputado estadual e cheguei aqui, em 1999, juntamente com o deputado Joares Ponticelli - que também se elegeu nesta ocasião e aqui completamos 16 anos de Casa -, estamos vindo para cá toda semana. Foram 16 anos convivendo com amigos e enfrentando turbulências, mas também tivemos a oportunidade de termos muitas e muitas alegrias neste plenário. Foram 16 anos de um verdadeiro aprendizado de vida. E em Joinville, que foi exatamente o município que me deu essa possibilidade, juntamente com a região norte, construímos o nome e também uma história através do nosso exemplo, através do nosso comportamento, através das nossas ações.

Desde 1992, quando me elegi, já em 1993, fui obrigado a abrir um pequeno escritório fora da Câmara de Vereadores, porque lá não mais comportava o número de pessoas que me procuravam, tinha que atender as pessoas no plenário da Câmara de Vereadores todas as semanas. Então, fui convidado pelo presidente da Câmara a achar outro local porque estava tumulando demais a Casa, e a partir daí começamos, então, a peregrinar. Primeiramente no escritório, depois; em outro lugar, um pouquinho melhor, e fomos para outro local melhor localizado. E assim foram os nossos dois mandatos de vereador.

Quando nos elegemos deputado estadual as responsabilidades aumentaram, o número de pessoas que nos procuravam quadruplicou, e acabamos alugando, então, uma casa amarela, que ficava num ponto muito estratégico, perto do fórum, em Joinville. A casa tinha um pátio bom e, desde então, o escritório regional do deputado Nilson Gonçalves ficou conhecido como "casa amarela".

E por aquela casa passavam 60, 70, 80 pessoas por dia. Entendemos que não devíamos somente atender pessoas e encaminhar os seus problemas, deveríamos também fazer alguma coisa para proporcionar a essas pessoas, quem sabe, uma oportunidade de ter um ganho melhor, uma coisa melhor. Foi aí que começamos com as nossas oficinas. Criamos oficina de gastronomia, de artesanato, pequenos cursos de manicure e cursos de gestantes, para ajudar as pessoas humildes que não tinham condição de ter um acompanhamento da sua gestação. Tudo isso feito por colaboradores de fora, por amigos que nós tínhamos: médicos amigos, enfermeiras amigas, pessoas voluntárias que se depuseram também a nos ajudar.

Arrumamos determinados setores dentro da nossa casa amarela, ganhamos máquinas de costura e os voluntários passaram a costurar roupas de bebê. Enfim, nossa casa amarela passou a ser uma referência em Joinville, em termos do social. Quando havia algum problema, diziam: "Ah, vai até a casa amarela que lá se resolve." Chegamos ao cúmulo da própria prefeitura, por meio da sua secretaria do Bem-Estar Social, indicar a casa amarela para a solução de algum problema.

Paralelo a isso, tínhamos um veículo pequeno, que hoje é um caminhão da Kia, comprado com o meu dinheiro, não da Assembleia, do meu programa de TV, *Tribuna do Povo*, custeado com o meu dinheiro particular. A casa amarela, muita gente não sabe, é o meu escritório regional, a Assembleia só paga dois meses, porque tem um limite de R\$ 8 mil, e o aluguel daquela casa é R\$ 4.200,00.

Portanto, não dá dois meses. O resto dos meses é pago pelo deputado Nilson Gonçalves, e assim fizemos e construímos ali um nome, uma história, e esses cursos foram se alastrando pela região toda.

A cobrança das pessoas no final do ano para que não fechássemos a casa amarela foi uma coisa impressionante. Depois de minha derrota nas urnas, comuniquei às pessoas que no final do ano estaria encerrando as minhas atividades como deputado estadual e tinha que fechar o meu escritório regional, e houve muita revolta de muitas pessoas, que diziam: "o senhor não pode, o senhor não tem o direito de fazer isso." Mas como se é o meu escritório regional de trabalho? Como é que vou manter uma coisa dessas, com custo desses, se uma parte disso é custeada pelo meu salário de deputado e a outra parte é custeada pela minha pequena empresa *Tribuna do Povo*, que fazemos o programa de TV, em Joinville?

Como é que vou manter tudo isso no ano que vem? Não há como! O que nós estamos fazendo agora, e já alugamos uma pequena sala, é continuar atendendo às pessoas de Joinville, dentro das nossas possibilidades, dentro daquilo que é possível.

Portanto, caberia aqui uma explicação.

Estou encerrando e tenho feito um exercício psicológico diário para organizar novamente para o ano que vem, pois não é só o hábito de vir para cá, é a reorganização financeira da minha vida, é a reorganização profissional da minha vida. E organizar na minha cabeça também o fato de que não venho mais para cá toda a semana. Aquilo que fiz durante 16 anos, que o deputado Joares Ponticelli fez, nós não vamos fazer mais.

Então tenho que organizar a minha mente para isso também.

Mas quero agradecer, de maneira muito especial, todos os funcionários da Casa que sempre me trataram de maneira muito

especial, ao pessoal da Mesa Diretora, com quem convivi muito tempo, o meu muito obrigado pelo carinho que sempre tiveram comigo e pelo sentimento também, pois muitas delas me dizem: "Não é possível, o senhor não vai estar mais com a gente." Digo a eles: é um chato a menos na vida de vocês. Agora estaremos acompanhando as coisas mais de longe.

Eu quero agradecer, de maneira muito especial, aos meus funcionários, aqueles que trabalharam comigo: Ana Paula da Silva, Diogo de Castro Kleimmann, Gilson Felipe Quirino, Giovane Roza, Gizeli Ribeiro do Nascimento, Jacson Carvalho de Sousa, João Luiz Karam, Jocimar de Souza Metzger, Leonaldo Landmann, minha querida Maria Angélica da Silva Ponciano, Natan Marcondes Monteiro Osório, meu bom amigo, de que aprendi a gostar, não faz muito tempo que está conosco, Neila Fátima Karam, Pierre França Miranda Toniote, Renato Leo Ricci, a Sônia Ferreira dos Santos que passou por um momento tão difícil nesses últimos dias, Telma Regina da Rosa, Terezinha Medeiros, Ticiania Toniolo Tieppo, Vinicius Veiga Garcia Hamagushi, Leandro Jaguer Sobrinho e Miriam Stori Barbizan, que também passa um momento difícil, inclusive, aproveitei a oportunidade para cumprimentá-la pelo seu aniversário no dia de hoje.

De qualquer maneira, quero aproveitar esse um minuto para comunicar também que me desliguei do PSDB, no dia de ontem, e quero agradecer de maneira muito especial todos os amigos que colhi dentro do PSDB, especialmente à minha bancada, ao meu amigo Dóia, ao Marcos, ao Gilmar, ao Serafim Venzon, ao Dado Cheren, que hoje é conselheiro, o Clésio Salvaro, que não é mais deputado.

E quero dizer aos srs. deputados que saio do PSDB, depois de estar no PSDB desde 2011, pois acho que tudo que tem um início e tem um fim também. Mas saio de cabeça erguida, consciente de que cumprí com as minhas obrigações.

Quero agradecer ao senador Paulo Bauer, presidente do partido, que entendeu o meu pedido de saída, de desligamento do partido, ao nosso líder Dóia, dizendo a todos que saio deixando uma plêiade de amigos e saio também com as portas abertas.

Vou começar a trilhar um novo caminho, caminho que devo trilhar junto com aquele que me trouxe para o PSDB, que hoje está no PR, que é o meu querido amigo Jorginho Mello, e deveremos construir o PR em Joinville de maneira forte, e levar para 2016 candidatos a vereadores com condições reais de chegar.

Agradeço a todos e tenho certeza de que vez por outra estarei nesta Casa, pelo menos para matar a saudade.

Muito obrigado, sr. presidente! Muito obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Continuando a série de manifestações de despedida. Com a palavra o eminente deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital ou aqui presente na tarde desta quarta-feira, que é a última sessão desta legislatura.

Este, portanto, é o meu último pronunciamento nesta tribuna, que, como já disse, foi a minha principal motivação nesses dois mandatos que estive neste Poder.

Devolvi, hoje, todos os equipamentos, computadores, etc. O carro da Assembleia também estamos devolvendo, porque quero sair no final da tarde de hoje, no começo da noite, por aquela porta tão leve quanto entrei no dia 1º de fevereiro de 2007.

Entreí pobre e sairei pobre, entreí comunista e sairei comunista, e assim quero ir

levando apenas as boas recordações dos avanços, mesmo que pequenos, que conseguimos alcançar a partir do exercício desses dois mandatos.

Quero agradecer todos os servidores e servidoras da Assembleia Legislativa, sem exceção, pela cordialidade, pela forma cortês, pelo profissionalismo, pela elevada educação com que têm tratado todos os deputados e deputadas, e a nós, especificamente, de forma muito tranquila e eficiente, ao longo desses oito anos.

Aos companheiros da Casa Militar, gostaria de dizer da satisfação de termos aprofundado mais a nossa amizade que já existia anteriormente.

Quero fazer um agradecimento especial aos companheiros que atuaram no nosso gabinete nesses dois mandatos, pelo apoio, pelo trabalho, pela lealdade, pela paciência com minha forma de ser - nem sempre a mais convencional, às vezes protelando coisas; outras, decidindo muito rápido. Quero agradecer e pedir desculpas, portanto, pelas minhas falhas, pelos meus erros, aos nossos assessores, extensivo a todos os servidores deste Poder Legislativo.

Quero fazer um agradecimento muito grande, na verdade um sentimento enorme de gratidão, aos praças da Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiro, responsáveis diretos e majoritários pelas candidaturas exitosas nos anos de 2006 e 2010. Candidaturas essas que vieram do movimento dos praças, da Aprasc, dessa vontade coletiva da nossa categoria. Só por isso que essas candidaturas aconteceram, jamais por uma vontade pessoal e por uma vontade de um pequeno grupo de caráter partidário. Portanto, devo, de forma especial, aos praças essas candidaturas e esses dois mandatos.

Quero agradecer também aos demais servidores da Segurança Pública e às classes trabalhadoras em geral, especialmente à juventude, aos estudantes e aos intelectuais, que sempre nos apoiaram e incentivaram ao longo desses dois mandatos. Nosso agradecimento especial a todos. Também não poderia deixar de citar os camaradas do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes, da Juventude Comunista Avançando e do Movimento Avançando Sindical pela baliza fundamental de toda militância ao longo destas várias décadas, e especificamente nesses dois mandatos.

Os erros que cometi, assumo integralmente como erros deste militante; as virtudes e as capacidades que tivemos de defender a posição mais correta, de interesse das classes trabalhadoras, não têm como não registrar, de forma muito sincera, às minhas organizações políticas e a todos os camaradas que ajudaram a formar nossas convicções, nosso ponto de vista, ao Polo Comunista Luiz Carlos Prestes e a todos os seus militantes.

É preciso reconhecer que nós nesses dois mandatos tivemos mais frustrações do que alegrias. Nossos projetos mais importantes foram arquivados e estão em alguma gaveta deste Poder. E, portanto, se ninguém ressuscitá-los no ano que vem, ficarão na conta do esquecido. As emendas mais importantes foram rejeitadas. É preciso dizer que não tivemos mais êxito, por conta desta conjuntura, deste tempo histórico em que estivemos aqui. Tivemos êxito também, por nossa intervenção nesta tribuna e nos demais microfones, pois nos ajudaram a convencer os poderes e suas maiorias da justeza de suas posições, mesmo que raras as vezes que isso foi reconhecido de forma pública. A gente entende que, embora bastante minoritário, o nosso pronunciamento aqui também serviu para convencer as maiorias sobre alguns pontos de vista, o que fez com que ocorresse algum avanço para o conjunto das bases da sociedade catarinense.

Essas frustrações estão relacionadas com um largo período de refluxo, de desorganização e de baixa capacidade de mobilização das forças populares. Essa conjuntura de refluxo também faz com que nos

últimos quatro anos eu tenha estado com falta de entusiasmo com esta instituição e com os Poderes do estado em geral. Não é culpa especificamente de ninguém, mas da conjuntura de refluxo do nível de consciência e organização das forças populares.

Há quatro anos cada vez mais venho percebendo a falta de ânimo para continuar tanto que não concorri ao cargo de deputado estadual na última eleição e concorri ao Senado para não parecer ou ser omissão e para tentar ajudar os outros companheiros, mas a vontade de concorrer a qualquer cargo eletivo não era grande. E isso se mantém a refletir nos próximos anos e nunca depende de uma vontade pessoal tão somente.

Entendo que a maior necessidade do Brasil de hoje e em Santa Catarina seja a reorganização do bloco de forças populares que possa enfrentar e vencer os desafios mais fundamentais das classes trabalhadores e do povo pobre, qual seja o desafio de derrotar o poder dos monopólios, do latifúndio e do sistema financeiro em sua vinculação carnal com o poder do imperialismo mundial. As instituições precisam ser reformuladas. Fala-se muito de reformas políticas, mas sou cético com relação a isso porque não acredito em qualquer reforma que não tenha um sentido profundo, que seja feita de cima, dos Poderes, da forma tal qual estão constituídos. Essas mudanças, essas transformações só aconteceram se for de fora para dentro, da sociedade para dentro dos Poderes, de baixo para cima e não ao contrário.

Então, saio para contribuir com a reorganização das forças populares dentro das minhas capacidades. Todas as vezes em que os trabalhadores vierem aqui para reivindicar melhor salário, melhor carreira e etc, provavelmente não estarei junto mas estarei apoiando. Quando os trabalhadores se direcionarem para os Poderes para reformulá-los por inteiro não tenham a menor dúvida de que estarei junto na fila que a minha capacidade física e intelectual assim permitir.

Muito obrigado a todos, à classe trabalhadora e ao povo catarinense!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares!

Com a palavra a deputada Angela Albino, por dez minutos, para seu discurso de despedida.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, fiquei pensando se devia, inclusive, assomar à tribuna nesse propósito, pois temos trabalhadores do Judiciário, os agentes de trânsito, que certamente estão mais interessados em que discutamos as grandes questões do que ouvir essa passarela de despedidas. Mas vou pedir a generosidade de todos os presentes aqui hoje porque me sinto na obrigação de fato de fazer essa despedida em meu nome, da história do ciclo da minha vida que se encerra agora, mas particularmente em nome do Partido Comunista do Brasil.

Não estou apenas encerrando este mandato de deputada estadual, estou encerrando o primeiro mandato na Assembleia Legislativa de Santa Catarina do PCdoB. Em 2010 foi a primeira vez que um de nós pode estar aqui, porque temos a absoluta clareza de saber que jamais seria eleita se não fosse o trabalho e o esforço, a construção de muitas pessoas ao longo de muito tempo.

Quero destacar, na figura de João Ghizoni e do Jucelio Paladini, grandes construtores e organizadores do Partido Comunista do Brasil, aqui, em Santa Catarina, a responsabilidade para termos chegado ao tamanho que chegamos. No ano de 2010, o PCdoB fez 57 mil votos para deputado federal e quase 33 mil para deputado estadual comigo, e 16 mil votos com o Valduga, em Chapecó. Neste ano, fizemos quase 90 mil votos para deputado federal e quase 60 mil votos para deputado estadual, com dez candidaturas do meu partido para este espaço.

A partir do ano que vem vocês contam com novo colega, Cesar Valduga, que vem das lutas sociais, da luta do povo, do oeste catarinense. E foi uma decisão que o meu partido tomou, mas que eu tenho a alegria de ter anunciado já no dia que me elegi, no ano de 2010. Era preciso que nós tivéssemos outros momentos, que nós pudéssemos abrir outros espaços e outras pessoas pudessem estar aqui. Eu tenho certeza de que tomamos a estratégia certa.

Quando eu entrei aqui, sr. presidente, diferentemente de alguns de vocês, que já possuem uma história de bancada, a minha equipe, a minha turma, na verdade, amigos e companheiros de mandato, não sabíamos nem onde pegar um clipe ou como pedir uma resma de papel. Nós não sabíamos nada disso, nem eu nem nenhum dos que trabalhavam comigo. Por isso, sou muito grata à minha equipe que nesses anos todos construímos uma brincadeira no gabinete, que chamamos de equipe coesa e linda, porque, além de tudo, somos modestos. Uma equipe que sabe o valor do trabalho em conjunto. Uma equipe que travou muitas batalhas e me lembro disso numa frase de Darci Ribeiro, que gosto muito: (Passa a ler.)

“Na verdade, somei mais fracassos do que vitórias em minhas lutas, mas isso não importa. Horrível seria ficar ao lado dos que nos venceram nessas batalhas.”

Tenho mais orgulho, senhoras e senhores, das batalhas que perdi do que talvez das que ganhei. É glorioso às vezes ficar da parte dos que perderam, porque estavam na parte dos justos, estava ao lado do que era bom e do que era certo.

E tenho a convicção de que o nosso mandato sai maior do que entrou. O PCdoB sai maior do que entrou. Para construir isso nós tivemos - e aí falar como servidora pública - o imenso apoio, o carinho, gesto de generosidade dos servidores desta Casa, que passa pelo pessoal que trabalha na guarda, nas comissões, na comunicação, os amigos que fiz ao longo desse período, mas passa também pelos servidores mais graduados e pelos servidores mais simples, que servem o melhor cafezinho que um parlamentar pode receber nesta Casa. A todos eles, a todas elas, a minha mais profunda gratidão.

Tenho convicção de que as batalhas que nós perdemos são batalhas que o tempo há de fazer ganhar; como outras, que estamos travando ainda hoje. É a luta de uma vida, não é uma luta de um mandato apenas. Portanto, para nós, é hora de despedida porque o novo pede passagem, e o PCdoB se prepara para o novo, para um novo momento. Eu queria aproveitar para agradecer também a generosidade de vários parlamentares que ao longo do tempo fomos conhecendo, fomos pegando amizade, mais respeito político. Saio daqui com grandes divergências, briguei com vários, mas sempre na tribuna, sempre com debate franco, nunca fora dela. Com todos os parlamentares tenho uma relação fraterna, de amizade, permitam-me alguns, em particular. Falei, hoje, para deputada Ana Paula Lima da alegria que tenho de tê-la conhecido pessoalmente. Deputado Darci de Matos, que tantas vezes brigamos em comissões, mas sempre foi um amigo muito generoso no cotidiano da Casa. Deputado Gelson Merisio, quando foi presidente da Casa. Deputado Joares Ponticelli, presidente da Assembleia e vários de vocês que tive a oportunidade de conviver e entender melhor e compreender. Saímos todos mais amadurecidos, nós, do PCdoB, maiores do que entramos. Saímos todos convictos de que é preciso lutar.

Este espaço para nós é um pedaço do que precisa fazer. Este espaço onde vocês estão é o espaço do grande protagonismo, é de quem não desiste, de quem está sempre pronto para a luta.

Para nós do PCdoB não muda se nós temos ou não mandato. Por isso, inclusive, corri o risco de não me candidatar à reeleição, porque era preciso abrir para o novo, e é

preciso que o novo venha. Às vezes, esse novo inclui que a gente tenha novos papéis.

E, hoje, no relato emocionado do deputado Reno Caramori, vi um homem de bigode, firme, chorar nesta tribuna porque se despedia daqui. E há uma perda, de fato, na convivência, do dia a dia, por mais que estejamos sempre nas mesmas lutas, vamos nos ver menos.

Agradeço, profundamente, às categorias que me deram a honra de representá-las, muito particularmente, às mulheres. Perdoem-me as deputadas Ana Paula Lima e Ada Faraco De Luca, que estão aqui presentes, mas fui a parlamentar que mais apresentou projetos relativos às mulheres nesta legislatura. Isso é um grande motivo de orgulho.

Também agradeço a população LGBT do nosso estado, que tantas vezes nos procurou e tantas vezes encaminhamos, com vitórias e fracassos, suas demandas. Agradeço particularmente aos servidores, que sempre tiveram no nosso mandato o acolhimento nas questões que envolvem o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento econômico sustentável do nosso estado. Para mim e para nós do PCdoB foi uma grande escola. Tenho convicção de que o Valduga há de fazer um mandato ainda melhor, porque agora, sr. presidente, já sabemos onde se pega o clipe, onde se pega a resma de papel, e sabemos também que podemos contar com muitas pessoas aqui desta Casa, volto a dizer, dos funcionários mais graduados até os deputados mais simples, dos servidores mais graduados até os servidores mais simples, porque também há deputados mais graduados e os mais simples aqui.

E de todos eles, não levo qualquer rastro de mágoa, levo alegria e certeza do caminho que estamos; levo convicção de que o tempo nos exige uma postura política diferente e nos exige rever vários conceitos e várias pontes que nós já construímos, mas é preciso construir outras ainda mais importantes. Das muitas coisas que nós erramos, torço que o tempo seja generoso e também relembre a história que muitos dos nossos erros foi porque nenhum de nós do PCdoB sabia o que era estar nesta tribuna.

E lembro, sr. presidente, da primeira vez, ainda como cidadã, que tive a oportunidade de usar a tribuna, da imensidão que é estar aqui, o quão intimidativo, às vezes, é, deputada Ana Paula Lima! Mas ao longo dos anos a gente vai se acostumando com este espaço, que é grandioso, e o povo catarinense espera muito de nós. Tenho certeza de que, volto a dizer, vocês vão gostar do Valduga e que ele há de fazer um mandato melhor que o meu. Desta Casa, vou levar muito carinho, afeto e aprendizado.

Quero concluir, sr. presidente, com uma frase da Olga Prestes, de quem gosto muito. Quando já estava presa, no caminho da morte, ela escreveu: “Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo. Prometo-te agora, ao despedir-me, que até o último instante não terás do que te envergonhar de mim”.

Muito obrigada pelos anos de convivência neste Parlamento, mas muito particularmente, à minha equipe.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Parabéns, querida deputada Angela Albino, pela sua emocionada manifestação e pelo brilhante mandato empreendido aqui nesta Assembleia Legislativa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Deputada Angela Albino o PCdoB deixou sua marca neste Parlamento, mas muito particularmente, a senhora nos ensinou muito,

o bom combate, o bom debate nesta Casa. Não gosto de despedidas, mas tenho certeza de que a senhora deixará saudades.

E, certamente, naquilo que você irá assumir vai deixar, sim, a sua marca. A bancada feminina desta Casa teve muito aprendizado com v.exa. Foi muito bem debatida na primeira instância, foi você que conduziu, como bem falou foi a deputada que mais apresentou projetos em defesa da mulher e vai deixar realmente saudades a todos nós parlamentares. V.Exa. abriu espaços e vai, sim, assumir outros espaços importantes na Câmara dos Deputados.

Parabéns e continue a sua luta.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero transmitir a deputada Angela Albino todo o meu carinho e admiração pela sua trajetória. Que Deus ilumine sua vida.

Sr. presidente, quero aproveitar essa oportunidade porque cometi uma grande injustiça quando me despedi aqui da tribuna e não citei a maior de todas as colaboradoras que tive durante todos esses anos e que está comigo desde 1996, a minha esposa, Isabel Cristina Gonçalves. Ela era funcionária da Casa, mas depois com a coisa do nepotismo não pode mais ser. Ela continua trabalhando para mim, recebendo da minha pequena empresa, mas trabalhando para a Assembleia Legislativa, gratuitamente, durante todos esses anos. Era coordenadora de todos os trabalhos e não a citei.

Quero fazer uma menção honrosa a essa minha baita companheira, parceira, uma mulher inteligente que me deu todos esses anos o apoio necessário para que eu chegasse até aqui.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Srs. deputados, na reunião de líderes com a Mesa Diretora, na manhã de hoje, acordamos que seria suprimido da sessão de hoje o horário dos Partidos Políticos e que utilizaríamos as Breves Comunicações para a manifestação derradeira dos deputados que encerram seu mandato nesta Legislatura.

O tempo já estourou, porque às 15h, conforme acordado, começaríamos a Ordem do Dia.

Ainda estão inscritos, dos deputados que se despedem, os deputados Manoel Mota e Renato Hinnig.

Então, com a compreensão dos deputados Serafim Venzon, Jean Kuhlmann, Ismael dos Santos, Maurício Eskudklark, José Milton Scheffer, e com a concordância dos líderes, vou manter as inscrições dos dois deputados que se despedem e, na sequência, faremos a Ordem do Dia, conforme acordo da Mesa Diretora com os líderes, na manhã de hoje.

Concedo a palavra ao deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, quero fazer algumas considerações desses meus 32 anos de vida pública.

Com muita honra, fui prefeito da minha cidade, Araranguá e, quando assumi a prefeitura, planejei fazer um trabalho para aquele município.

Entendo que fiz um trabalho voltado para a sociedade muito forte.

Fui presidente da Amesc, da Fecam e desempenhei um bom papel por onde passei.

Trabalhei muito como prefeito e foram realizadas muitas pavimentações, todas as obras que eu realizei em Araranguá, há mais de 30 anos, têm infraestrutura.

E hoje o Ministério Público exige que as obras de pavimentação tenham galerias de águas pluviais, e eu, naquela época, já fiz isso em todas as obras. Portanto, cumpri a minha missão, o meu papel como prefeito de Araranguá.

Quando terminou o meu mandato, em 1990, e surgiu a oportunidade para eu me candidatar a deputado, com sucesso, eu não poderia mais planejar uma cidade, mas planejar a região sul do meu estado. Esse era meu compromisso com Santa Catarina! E eu trabalhei muito para conseguir atingir isso. Em 1993, fechamos a BR-101, na Ponte da Cabeçuda das 6h até às 18h, buscando a duplicação daquela rodovia. De lá para cá nós fechamos a BR-101, eu acho, perto de 50 vezes, até conseguir a ordem de serviço para começar a duplicação. E já faz dez anos e essa duplicação ainda não foi concluída, deputada Ada Faraco De Luca, sendo que da região de Palhoça para o norte já foi concluída a obra, e nós ficamos de fora, um prejuízo de mais de R\$ 36 bilhões para a nossa região. Felizmente, apesar de tantas lutas, houve a conclusão, restando apenas alguns gargalhos, alguns pedaços que estão emperrados.

E agora conseguimos a liberação para a construção da quarta pista, no Morro dos Cavalos, que até ser construído o túnel vai diminuir muito as filas de congestionamento naquela área.

A Ponte da Cabeçuda deve ficar em obra ainda até junho de 2015, por isso, ainda vamos ter muito sofrimento.

No Morro do Formigão tinha que ser construído um túnel, que foi feito, mas agora desmancharam a ponte para construir outra ponte, sendo que as obras vão até o final do ano. Portanto, ainda vamos ter muito sofrimento com as obras naquela região, deputado José Milton Scheffer, na região sul do nosso estado.

Mas eu sou muito conhecido em Imbituba, trabalhei muito em prol do porto daquela cidade, porque é um instrumento importante para desenvolver a região. Trabalhei também muito para que tivéssemos o aeroporto de Jaguaruna pronto e em fevereiro de 2015 vamos ter o primeiro voo, da TAM.

Então, foram conquistas muito importantes para aquela região e sabemos que o porto de Imbituba e que o aeroporto de Jaguaruna e a BR-101, são os tripés para o desenvolvimento da região sul, por isso, trabalhamos para atingir esse objetivo.

Também foi uma luta de 30 anos para sair a pavimentação da BR-285, que liga Argentina/BR-101 /Araranguá. E depois de muitas lutas, faltam hoje 22km, porque a ordem de serviço já foi entregue mas falta decidir qual será a empresa que vai fiscalizar a questão ambiental para começar a ser concluído esse trecho.

Também na Serra do Faxinal foram 20 anos de luta. Assim como na região dos Canyons, Praia Grande, com muita luta, trabalho, dedicação e pressão. Lá já foi entregue a ordem de serviço, os engenheiros já estão no local, mas ainda falta o Deinfra resolver alguns detalhes. Não começaram a obra, deputado José Milton Scheffer, a obra ainda está parada nessa região. Mas tudo isso foram conquistas ao longo desses 32 anos.

Conseguimos fazer com que fosse para orçamento da União a obra da Barragem do Rio do Salto, obra fundamental para a região. É água, garantia de vida, isso conquistamos no PAC 1, com o governo federal.

E também conquistamos neste Parlamento a aprovação de uma emenda, de autoria deste deputado, que contou com a ajuda de todos os parlamentares, destinando um valor de R\$ 13 milhões para pagar as desapropriações das pessoas que moravam naquela área. E o governo do estado cumpriu religiosamente.

Então, foram obras, trabalho, luta e ainda falta alguma coisa para a conclusão de todas essas obras importantes.

Estamos há 30 anos lutando pelas Interprias, uma obra, na minha concepção, mais importante do que a BR-101, porque a BR-101 é um corredor, a Interprias é investimento, é retorno, é geração de emprego, é geração de renda, é qualidade de vida, para

mostrar o potencial dos balneários do sul de Santa Catarina.

Já foram feitos 40km, de Laguna ao Camacho, e essa obra já foi inaugurada. O governo do estado, Raimundo Colombo, assumiu mais 40km de Passos de Torres a Balneário Gaivotas, que ainda não foi iniciado. Estão licitando essa obra, mas o Deinfra leva um caminho de tempo para poder licitar e com isso vamos perdendo a oportunidade de já termos a segunda parte concluída.

Nós ainda temos muito trabalho a fazer. Foi uma luta de José Nei Ascari, juntamente conosco, a Serra do Corvo Branco está acontecendo, obra que liga a região serrana aos nossos balneários. Então, o sul, que era considerada uma região pobre, está-se desenvolvendo, fruto da unidade deste Parlamento. Eu estou no sétimo mandato nesta Casa, mas não olhei para quem tinha um, dois mandatos. Juntamos os esforços de todos trabalhando no conjunto para desenvolver a região sul do estado, com muita garra e com muita determinação.

Então, foi uma conquista muito importante e muito forte e quero agradecer aqui a toda minha bancada, na qual fui várias vezes líder, fruto do entendimento de toda a bancada.

Quero agradecer a todos os colegas, sejam da Situação ou da Oposição, que sempre foram amigos, companheiros, colegas, como as deputadas também, e assim andamos esses 32 anos de vida pública cumprindo missão ao povo de Santa Catarina, especialmente ao sul do estado.

Nossos agradecimentos aos servidores desta Casa que foram fundamentais para a elaboração dos projetos, contribuindo e fazendo o seu papel. E posso dizer, com seis mandatos - nos primeiros dois até posso reclamar que não era uma atuação brilhante de todos os parlamentares -, que nesses últimos quatro anos tive orgulho de fazer parte do Parlamento Catarinense pela garra dos parlamentares, homens e mulheres em busca de solução, trabalhando com responsabilidade para toda a região. Tenho orgulho de fazer parte desse time.

Por isso vou ficar com muita saudade desses momentos importantes, com meus 32 anos de vida pública e o sexto mandato.

O deputado Reno Caramori, o deputado Nilson Gonçalves, enfim, todos os deputados que comigo vão sair desta Casa, os nossos abraços pelo papel fundamental que cumpriram aqui. E eu hoje ainda conversei com o governador, disse a ele que terminarei meu mandato no dia 31 de janeiro, mas ele me disse que no dia 2 de janeiro estarei aqui dentro. Então, é uma demora de um dia, mas a saudade já vai ser muito grande.

Eu gostaria que v.ex.a., sr. presidente, me desse mais um minuto para falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu vou cassar o seu tempo, deputado! Eu vou pedir de volta o seu tempo, porque v.ex.a. está enganando a Presidência. Nós concedemos o tempo somente para quem está se despedindo. Depois de usar os dez minutos, v.ex.a. ganha mais e pede mais para dizer que não vai ficar nem um dia fora. Mas eu vou lhe conceder mais um minuto, deputado.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. deputado v.ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eu gostaria aqui de corroborar com todas as palavras do eminente e veterano deputado Manoel Mota, em todos os seus mandatos pela atuação exemplar em favor da região, mas eu vim aqui propositalmente para dizer aos nossos colegas srs. deputados e sras. deputadas, que esse até breve do deputado Manoel Mota é igual ao nosso. Nós estamos saindo amanhã e voltando dia dois de fevereiro.

Mas esse até breve dele é igual de todo mundo, ele vai estar conosco aqui no dia 2 de fevereiro.

Parabéns pela sua atuação parlamentar, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Milton Scheffer - Sr. deputado v.ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Milton Scheffer - Sr. deputado, como pertencente a mesma região do deputado Manoel Mota, eu que estou no primeiro mandato, quero aqui lhe cumprimentar pelos mandatos todos que v.ex.a. fez e que ainda continuará fazendo nesta Casa pela sua garra, pela sua determinação e comprometimento com as causas do sul do estado. Sei que v.ex.a. tem muito a contribuir com a região sul e com Santa Catarina.

Por isso, quero lhe cumprimento por todos os mandatos, mas também tenho a certeza de que estaremos juntos na luta pelo desenvolvimento do sul do estado de Santa Catarina nos próximos anos.

Desejo-lhe muita saúde e muita força no próximo mandato que está chegando.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado deputado Manoel Mota, que para a sua sorte nós paramos de brigar faz bastante tempo, senão iria render hoje essa enganada boa que v.ex.a. deu na Presidência.

Para encerrar, srs. deputados, as manifestações de despedidas, vou conceder a palavra, por até dez minutos, ao eminente deputado Renato Hinnig, mas quero comunicar aos srs. e sras. deputadas que se encontram em gabinete que após esta manifestação, portanto, em dez minutos, iniciaremos a Ordem do Dia, conforme acordo de líderes com a Mesa, na manhã de hoje.

Com a palavra o deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, ocupo pela última vez a tribuna desta Casa para fazer um rápido pronunciamento a respeito da minha experiência como parlamentar de dois mandatos.

(Passa a ler.)

"No próximo dia 31 de janeiro encerro um ciclo de vida. Ciclo de serviços prestados ao povo catarinense. Foram oito anos de mandatos parlamentar período no qual exerci minha representação movido pelo desejo de contribuir para uma sociedade mais justa, garantindo assim mais qualidade de vida à nossa população.

Não foi fácil! A burocracia foi com toda certeza o meu principal desafio. Não foram poucas as ações de projetos que ficaram pelo caminho, perdidos pelos impedimentos legais e também pela falta de participação política e social ou descrédito junto às instâncias que deveriam estar mais interessadas.

Porém, foi difícil vencer algumas barreiras e garantir conquistas que dignificaram o empenho dedicado e me dão a certeza de que a missão foi cumprida.

Na atual conjuntura, na qual a burocracia tem mais poder que a vontade política e até mesmo que a vontade popular, garantir realizações em prol dos catarinenses é motivo de festejo.

Deixo o Parlamento Catarinense no final do próximo mês festejando o fortalecimento de setores importantes da nossa economia, como dos contabilistas, despachantes, atacadistas, supermercadistas, entre outros.

Festejo as conquistas junto aos meus colegas fazendários e os mais de 30 projetos de minha autoria que viraram leis estaduais importantes durante os meus mandatos.

Entre todas as conquistas, festejo de forma especial a efetivação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

Festejo esta conquista porque vai beneficiar diretamente um milhão de catarinenses, com soluções efetivas para problemas que se alastram há anos. Problemas do dia a dia, como a caótica mobilidade urbana e questões de saneamento básico e habitação.

Festejo porque foram mais de dois anos de debate, de busca pelo consenso, de construção de um projeto que atende os anseios sociais da região.

Festejo porque a legalização da Região Metropolitana foi garantida com o apoio do setor privado, com a participação da população e com a vontade política, somando esforços em prol de um bem maior.

Agora, nove municípios integram de fato a Região Metropolitana da Grande Florianópolis e deverão buscar juntos soluções e projetos para os temas comuns entre as cidades.

A Região Metropolitana vai facilitar financiamentos, acesso a políticas nacionais que antes cada município sozinho não teria.

A concretização da Região Metropolitana é a digital que deixo na história deste Parlamento. Um pouco de minha luta e da realização do sonho que vislumbrei há oito anos, quando eleito pela primeira vez. O sonho de fazer acontecer, de fazer de verdade mais pelos catarinenses.

Sou grato a todos os que sonharam comigo e principalmente aos que tornaram possíveis as conquistas aqui citadas.

Sou grato, de forma especial, à minha equipe, aos que estão comigo desde o começo, aos que se somaram no caminho, aos que torceram de longe. Sou grato aos colegas deputados, aos servidores do Parlamento, aos amigos da caminhada. Sou grato à minha família, ao meu filho e filhas, ao meu neto e à minha esposa, que entenderam que foi necessário ficar ausente em tantas oportunidades. E agradeço os 27.699 catarinenses que deram o seu voto de confiança na última eleição.

Encerro este ciclo de cabeça erguida e confiante num futuro de novas realizações e conquistas. Continuem confiando e contando comigo."

Grande abraço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Renato Hinnig. Passaremos à Ordem do Dia.

Comunico novamente e convoco os deputados que se encontram em gabinetes, ainda, que vamos iniciar, neste momento, a extensa pauta da tarde de hoje.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria de ratificar o seu apelo a todos os gabinetes para que os nossos colegas srs. deputados e sras. deputadas venham até o plenário em função dos nossos compromissos e, logicamente, o quanto antes começarmos a deliberar, teremos condições de concluir mais cedo os nossos trabalhos.

Então, conclamo os srs. deputados e as sras. deputadas para que venham ao plenário para darmos início aos trabalhos de votação dos projetos de interesse deste Parlamento e de Santa Catarina.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s.: 0152/2014, 0193/2012, 0254/2014, 0569/2013, 0605/2013.

Comunica, ainda, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável também ao Projeto de Lei Complementar n. 0020/2013.

Comunica, igualmente, que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0672/2014.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0110/2014, 0171/2014, 0241/2014, 0312/2014, 0337/2014, 0515/2014 e 0516/2014.

A Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0034/2014.

A Comissão de Saúde apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0618/2014.

Discussão e votação de cinco matérias de utilidade pública. Com a concordância de v.exas., vou citar a ementa de cada uma e faremos a votação em bloco. Todos os projetos receberam parecer favorável das comissões.

Projeto de Lei n. 0293/2014, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Educacional do município de Balneário Piçarras.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Projeto de Lei n. 0301/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública o Movimento Consciência Negra, de Blumenau - Cisne Negro.

Projeto de Lei n. 0306/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação Ventura de Assistência ao Idoso, à Criança e ao Adolescente, de Joinville.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Projeto de Lei n. 0312/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Agricultores Familiares de Ribeirão da Vargem II, de Taió.

Projeto de Lei n. 0315/2014, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais de Bocaina do Sul, de Bocaina do Sul.

Contam com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados em turno único.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peça a palavra, pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Justamente, sr. presidente, eu queria encaminhar o regime, o processo de votação hoje à tarde.

Como nós, pela manhã, fizemos um encaminhamento no colégio de líderes, na Mesa, de votar os projetos que têm acordo.

Então, gostaria que as ementas dos projetos extra-pauta sempre fossem lidos para que possamos acompanhar tomar decisões, conforme as nossas posições.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Tomarei este cuidado, deputado Dirceu Dresch.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, há uma série de projetos a serem votados na tarde de hoje e sem uma relação fica difícil acompanhá-los. Será que a acessória não poderia providenciar isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não, deputada. A assessoria nos informa que não, porque as matérias ainda estão chegando das comissões.

Mas eu me comprometo com v.exa. e com os demais parlamentares, atendendo à diligência do deputado Dirceu Dresch, de ler com tempo a ementa de cada matéria, de comunicar o resultado das votações e o parecer das comissões.

Temos para deliberação a Mensagem n. 1.584/2014, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0238, de autoria do

deputado Darci de Matos, que dispõe sobre normas de segurança, fiscalização e manutenção de equipamentos de lazer em parques de diversões, playgrounds, parques infantis e praças, instalados em espaços públicos e bufês infantis e estabelecimentos particulares similares que explorem atividades recreativas, no âmbito do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)

- Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado, líder do governo, Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, evidentemente que o governo vetou parcialmente o projeto do eminente deputado Darci de Matos por vício de origem.

Então, a determinação aqui dessa liderança é voto 1, pela manutenção do veto.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA sim

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS não

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO DÍOIA GUGLIELMI sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCISO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não

DEPUTADO SERAFIM VRENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Consulto se todos os srs. deputados

exerceram o seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 24 votos "sim", dois votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Proposta de

Emenda à Constituição n. 0001/2007, que acrescenta os arts. 120-A e 120-B à Constituição do estado de Santa Catarina, que trata do Plano Plurianual, LDO e Orçamento estadual.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça. Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, a minha manifestação é para dizer que fico alegremente surpreso pela aprovação desta PEC, uma vez que, em oito anos acompanhando as audiências do Orçamento Regionalizado quase todos discursavam a favor dela e nada dela saía, ou seja, de ser uma proposta e virar, de fato, uma emenda. Vejo, hoje, nesta última sessão, que estão aprovando. Então, essa é uma alegria para levar para casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Sargento Amauri Soares, fico muito feliz, porque esta emenda foi assinada pelo líder da bancada do Partido Progressista, em 2007, o primeiro subscritor, modestamente, este que se despede desta Casa, neste dia, deputado Joares Ponticelli. Depois, a nossa bancada abriu mão da autoria para ser de autoria da Casa. Foi feito um amplo debate ao longo destes sete anos e acredito que v.exa. tem toda razão. Esta Casa está de parabéns porque resgatamos hoje aquele sonho inicial dos ex-deputados Carlito Merss e Gilmar Knaesel, do Orçamento Regionalizado.

Lá se vão quase duas décadas num processo de perda de credibilidade do Orçamento Regionalizado, porque a gente ia, discutia, gerava expectativas, que depois acabavam não se confirmando. Agora, sim, não tenho dúvidas, no ano que vem as entidades e as instituições vão participar porque teremos a certeza de que aquilo que lá for aprovado e

deliberado será executado. É uma vitória da sociedade catarinense.

Encerrada a votação.
Colho o resultado.
Votaram 27 srs. deputados.
Temos 27 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.
Está aprovada a PEC em primeiro turno.

Vamos votar agora, srs. deputados, as leis complementares que também precisam de duas votações.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que altera habilitação profissional do cargo de Analista de Sistemas, insere no anexo XI da Lei Complementar n. 90, de 1993.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua votação.

Em votação.
Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Encerrada a votação.
Colho o resultado.

Votaram 27 srs. deputados.
Temos 27 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0029/2014, de procedência do Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre o pagamento de parcela de auxílio-alimentação aos servidores do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Ao projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, com relação a este PLC, bem como ao PL n. 0318, do Ministério Público; ao PL n. 0319, do Tribunal de Justiça; e ao PLC n. 0031, da Assembleia Legislativa, vou me abster de votar, entendendo que aquilo que era para ser uma coisa excepcional tem-se tornado rotineira ano a ano, estendendo-se para demais Poderes esse recurso.

Na minha avaliação se há condições e se os servidores estão recebendo um salário baixo, que seja discutido por todos esses Poderes uma política salarial diferente, de forma que se possa contemplar de forma isonômica todos os servidores, inclusive os aposentados, e que isso passe a ser um direito permanente e vá inclusive para a aposentadoria, ao invés de uma gratificação natalina que é generosa, se avaliarmos o que percebe a maioria dos funcionários públicos, mas é específica e depende a cada ano que os Poderes emitam esses projetos para esta casa.

Então, deveríamos ter uma lei permanente e não fazer dessa forma, porque assim atende apenas uma pequena parte dos servidores públicos estaduais e não o conjunto dos servidores públicos do estado.

Assim, justifico o meu voto pela abstenção. E, evidentemente, não acho um exagero. Acho que os servidores são merecedores, mas isso não é uma política salarial. Estamos aqui há oito anos dando abono natalino ao invés de usar esses recursos para fazer uma política salarial proporcional e isonômica para todos os servidores, incluindo os aposentados.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Eu gostaria, sr. presidente, que ao colocar em discussão qualquer projeto de lei complementar ou outro projeto que exija votação em painel que, automaticamente, também seja aberto o painel àqueles deputados que não querem a discussão possam ter oportunidade de exercer o voto imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Atenderei a sua solicitação, deputado.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, temos a participação dos servidores inativos do Tribunal de Justiça do Ministério Público.

Nós vamos analisar no momento próprio, mas vamos destacar que neste projeto, que é do Tribunal de Contas, os servidores inativos também estão tendo direito, assim como esta Casa pagou o auxílio-alimentação na forma como está proposta.

Então, gostaria de fazer o apontamento de que o próprio Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa estão pagando para os servidores inativos também, e depois discutiremos esse tema, em particular, quando tratar do Ministério Público e Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigada, sra. deputada.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI		referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo; Resolução n. 0013/2011; que estende Vantagem Nominalmente Identificada, aos servidores nomeados em decorrência do Concurso Público realizado nos termos do Edital n. 001/2009; os Atos da Mesa n. 462, de 2012, que reajusta o índice de quota máxima atribuída ao cargo de Secretário Parlamentar do Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar; e n. 374, de 2013, que altera o índice de quota máxima do Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar; e adota outras providências.	fizemos, de fato, não há nenhuma profunda mudança sobre as resoluções... (Discurso interrompido por término do horário regimental.)
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	Srs. deputados, conforme discutido na manhã de hoje não há absolutamente nenhuma alteração nessa matéria. Estamos apenas convalidando na forma de Lei Complementar para assegurar a todos os integrantes das Mesas Diretoras desde 2004 que não haja nenhum questionamento às concessões feitas através das resoluções e não por lei complementar como já decidiu o Supremo Tribunal Federal. Portanto, apenas consolidação.	DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim	Em discussão. (Pausa)	DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.	DEPUTADO ALTAIR GUIDI
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim	Em votação.	DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.	DEPUTADA ANGELA ALBINO sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim	(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.	DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim	O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - V.Exa. já comentou aqui sobre este processo, que estamos adequando a legislação interna à Constituição Federal todas as resoluções e políticas que tratam do funcionalismo, dos nossos trabalhadores da Casa, com projeto de lei complementar. Isso é extremamente importante.	DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	Este deputado sempre questionava que as nossas resoluções deveriam ser por lei complementar.	DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim	Hoje eu fico mais tranquilo porque acredito que estávamos incorrendo em um problema para nós, inclusive, para o futuro, para as Mesas Diretoras, inclusive, da Casa. Acredito que seja extremamente meritório esse projeto e traz uma regulamentação constitucional às nossas medidas que foram tomadas durante os anos. Pelo estudo que	DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim		DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim		DEPUTADO GELSON MERISIO sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim		DEPUTADO GILMAR KNAESEL
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim		DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim		DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim		DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim		DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim		DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim		DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim		DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim		DEPUTADO MANOEL MOTA sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim		DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim		DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim		DEPUTADO MAURO DE NADAL sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim		DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim		DEPUTADO NEODI SARETTA
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim		DEPUTADO NILSON GONÇALVES
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim		DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	abstenção		DEPUTADO RENATO HINNIG sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim		DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim		DEPUTADO ROMILDO TITON
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim		abstenção
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim		DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
Encerrada a votação. Colho o resultado. Votaram 29 srs. deputados. Temos 28 votos "sim", nenhum "não" e uma abstenção. A matéria está aprovada. Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0031/2014, de autoria do Legislativo, que convalida as resoluções n.s: 0002/2004, que dispõe sobre a incorporação e correlação de gratificações e unificação de vantagens vencimentais; n. 001/2006, que dispõe sobre a organização administrativa, e posteriores alterações; n. 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Careira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores, e alterações posteriores; n. 008/2011, que redefine o valor			DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
			DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim
			DEPUTADO VALMIR COMIN
			DEPUTADO VOLNEI MORASTONI
			Encerrada a votação. Colho o resultado. Votaram 29 srs. deputados. Temos 28 votos "sim", nenhum voto "não" e uma abstenção. A matéria está aprovada. Com a concordância dos srs. líderes, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, às 16h04, para a votação, em segundo turno, das matérias que acabamos de deliberar. Está encerrada a sessão.

ATA DA 031ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 16h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darcy de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e

invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.
Discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0001/2007, de autoria da liderança do PP, que acrescenta os arts. 120-A e 120-B à Constituição do estado de Santa Catarina (PPA, LDO e Orçamento Estadual).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA sim

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO		DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR		DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	DEPUTADO CARLOS CHIODINI		DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL		DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim	DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim	DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	DEPUTADO EDISON ANDRINO		DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI		DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	DEPUTADO JAILSON LIMA		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim	DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI		DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	abstenção	
DEPUTADO NEODI SARETTA		DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim	DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
DEPUTADO ROMILDO TITON		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	Está encerrada a votação.	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO NEODI SARETTA		Colho o resultado.	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	Votaram 25 srs. deputados.	
DEPUTADO SILVIO DREVECK		DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	Temos 25 votos "sim", nenhum	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim	DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	"não" e uma abstenção.	
DEPUTADO VALMIR COMIN		DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	Está aprovada a matéria em segundo	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		DEPUTADO ROMILDO TITON		turno, com emenda.	
Está encerrada a votação.		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	Discussão e votação em segundo	
Colho o resultado.		DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	turno do Projeto de Lei Complementar n.	
Votaram 27 srs. deputados.		DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	0031/2014, de autoria da Mesa Diretora, que	
Temos 27 votos "sim", nenhum voto		DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim	convalida as Resoluções da Alesc n. 002, de	
"não" e nenhuma abstenção.		DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	2004, que dispõe sobre a incorporação e	
Deputado Gilmar Knaesel, aprovada a		DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		correlação de gratificações e unificação de	
PEC que tramitava nesta Casa há sete anos e		Está encerrada a votação.		vantagens vencimentais; n. 001, de 2006, que	
v.exa. também teve, juntamente com o		Colho o resultado.		dispõe sobre a organização administrativa, e	
deputado Marcos Vieira e outros, papéis		Votaram 29 srs. deputados.		posteriores alterações; n. 002, de 2006, que	
importantes nessa discussão. Agora, sim, as		Temos 29 votos "sim", nenhum voto		dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de	
emendas do Orçamento Regionalizado deixaram		"não" e nenhuma abstenção.		Carreira, os cargos, as classes de cargos, as	
de ser uma peça de ficção científica.		Está aprovada a matéria em segundo.		funções de confiança e as atribuições dos	
Aprovada, portanto, em segundo		Discussão e votação em segundo		servidores, e alterações posteriores; n. 008, de	
turno.		turno do Projeto de Lei Complementar n.		2011, que redefine o valor referencial de venci-	
Discussão e votação em segundo		0029/2014, de procedência do Tribunal de		mento dos servidores do Poder Legislativo;	
turno do Projeto de Lei Complementar n.		Justiça do Estado, que dispõe sobre o		Resolução n. 13, de 2011, que estende	
0025/2014, de autoria do Tribunal de Justiça		pagamento de parcela de auxílio-alimentação		Vantagem Nominalmente Identificada, aos	
do Estado, que altera a habilitação profissional		aos servidores do Tribunal de Contas de Santa		servidores nomeados em decorrência do	
do cargo de Analista de Sistemas, insere no		Catarina.		Concurso Público realizado nos termos do Edital	
Anexo XI da Lei Complementar n. 90, de 1993.		Ao presente projeto foi apresentada		n. 001/2009; os Atos da Mesa n. 462, de	
Conta com parecer favorável das		emenda aditiva.		2012, que reajusta o índice de quota máxima	
comissões de Constituição e Justiça e de		Conta com parecer favorável das		atribuída ao cargo de Secretário Parlamentar do	
Trabalho, Administração e Serviço Público.		comissões de Constituição e Justiça, de		Grupo de Atividades de Assessoramento	
Em discussão.		Finanças e Tributação e a de Trabalho,		Parlamentar; e n. 374, de 2013, que altera o	
(Pausa)		Administração e Serviço Público.		índice de quota máxima do Grupo de Atividades	
Não havendo quem o queira discutir,		Em discussão.		de Assessoramento Parlamentar; e adota	
encerramos sua discussão.		(Pausa)		outras providências.	
Em votação.		Não havendo quem o queira discutir,		Em discussão.	
Os srs. deputados que votarem "sim"		encerramos sua discussão.		(Pausa)	
aprovam a matéria e os que votarem "não",		Em votação.		Não havendo quem o queira discutir,	
rejeitam-na.		Os srs. deputados que votarem "sim"		encerramos sua discussão.	
O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela		aprovam a matéria e os que votarem "não",		Em votação.	
ordem, sr. presidente.		rejeitam-na.		Os srs. deputados que votarem "sim"	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares		(Procede-se à votação nominal por		aprovam a matéria e os que votarem "não",	
Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o		processo eletrônico.)		rejeitam-na.	
deputado Marcos Vieira.		DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim	(Procede-se à votação nominal por	
O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA -		DEPUTADO ALDO SCHNEIDER		processo eletrônico.)	
Sr. presidente, eu peço a v.exa. que consulte a		DEPUTADO ALTAIR GUIDI		DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
assessoria por que há projetos de lei que		DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
devem ser votados em dois turnos e não foram		DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim	DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
incluídos na reunião anterior?		DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim	DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares		DEPUTADO CARLOS CHIODINI		DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
Ponticelli) - Porque eles estão em outro pacote		DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
e nós vamos fazer com a mesma agilidade,		DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim	DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
deputado Marcos Vieira.		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
V.Exa. sugeriu a votação em blocos e		DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim	DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
estão devidamente ordenados.		DEPUTADO EDISON ANDRINO		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
(Procede-se à votação nominal por		DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
processo eletrônico.)		DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim	DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim	DEPUTADO JAILSON LIMA		DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim	DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	Não havendo quem o queira discutir,	Os srs. deputados que o aprovam
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	encerramos sua discussão.	permaneçam como se encontram.
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI		Em votação.	Aprovado.
DEPUTADO KENNEDY NUNES		O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço	Discussão e votação em turno único
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	a palavra, pela ordem, para declaração de voto,	do Projeto de Lei n. 0283/2013, de
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	sr. presidente.	procedência governamental, que institui o
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares	Conselho Estadual de Direitos Humanos do
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim	Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para	Santa Catarina (CEDH-SC) e estabelece outras
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	declaração de voto, o deputado Dirceu Dresch.	providências.
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH -	Conta com parecer favorável das
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		Sr. presidente, durante toda a minha	comissões de Constituição e Justiça e
DEPUTADO NEODI SARETTA		permanência nesta Casa tenho questionado a	Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	vende de bens por parte do estado, porque é	Em discussão.
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		muito difícil comprar imóveis de volta.	(Pausa)
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	E neste caso da venda do terreno da	Não havendo quem o queira discutir,
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	Cidasc, na cidade de Araranguá, já me	encerramos sua discussão.
DEPUTADO ROMILDO TITON		posicionei na comissão e vou novamente	Em votação.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES		esclarecer meu voto aqui. Sou contra a venda	Os srs. deputados que o aprovam
abstenção		do terreno.	permaneçam como se encontram.
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	Muito obrigado!	Aprovado.
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares	Discussão e votação em turno único
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim	Ponticelli) - Em votação.	do Projeto de Lei n. 0309/2014, de
DEPUTADO VALMIR COMIN		Os srs. deputados que o aprovam	procedência governamental, do estado, que
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		permaneçam como se encontram.	altera a Lei n. 9.120, de 1993, que cria o
Está encerrada a votação.		Aprovado, com o voto contrário do	Conselho Estadual de Saúde e dá outras
Colho o resultado.		deputado Dirceu Dresch.	providências.
Votaram 28 srs. deputados.		Discussão e votação do Projeto de	Conta com parecer favorável das
Temos 27 votos "sim", nenhum voto		Lei n. 0173/2014, de origem governamental,	comissões de Constituição e Justiça e de
"não" e uma abstenção.		que altera a lei n. 12.911, de 2004, que dispõe	Finanças e Tributação.
A matéria está aprovada em segundo		sobre a criação do Conselho Estadual de	Em discussão.
turno, com emenda.		Segurança Alimentar e Nutricional (Consea-SC)	(Pausa)
Discussão e votação em turno único		e do Fundo Estadual de Segurança Alimentar e	Não havendo quem o queira discutir,
do Projeto de Lei n. 0110/2014, do Poder		Nutricional (Funsea-SC) e adota outras	encerramos sua discussão.
Executivo, que autoriza concessões de uso		providências.	Em votação.
remuneradas de imóvel no município de Bom		Conta com parecer favorável das	Os srs. deputados que o aprovam
Jardim da Serra (Projeto Rio do Rastro		comissões de Constituição e Justiça, de	permaneçam como se encontram.
Aventura).		Finanças e Tributação e de Trabalho,	Aprovado.
Conta com parecer favorável das		Administração e Serviço Público.	Discussão e votação em turno único
comissões de Constituição e Justiça, de		Em discussão.	do Projeto de Lei n. 0316/2014, de
Finanças e Tributação, de Trabalho,		(Pausa)	procedência governamental, que altera a Lei n.
Administração e Serviço Público e de Turismo e		Não havendo quem o queira discutir,	13.880, de 2006, que dispõe sobre a
Meio Ambiente.		encerramos sua discussão.	contratação temporária e a prestação de
Ao presente Projeto foi apresentada		Em votação.	serviço voluntário na atividade de salvamento
emenda substitutiva global.		Os srs. deputados que o aprovam	aquático por pessoal civil e estabelece outras
Em discussão.		permaneçam como se encontram.	providências.
(Pausa)		Aprovado.	Conta com parecer favorável das
Não havendo quem o queira discutir,		Discussão e votação do Projeto de	comissões de Constituição e Justiça e de
encerramos sua discussão.		Lei n. 0261/2014.	Finanças e Tributação.
Em votação.		Srs. deputados, esta matéria trata do	Em discussão.
Os srs. deputados que o aprovam		Orçamento Estadual e será a última matéria a	(Pausa)
permaneçam como se encontram.		ser discutida. Por isso, vamos votá-la por	Não havendo quem o queira discutir,
Aprovado.		último.	encerramos sua discussão.
Discussão e votação em turno único		Discussão e votação do Projeto de	Em votação.
do Projeto de Lei n. 0155/2014, de		Lei n. 0272/2014, de origem governamental,	Os srs. deputados que o aprovam
procedência governamental, que autoriza o		que altera a Lei n. 9.183/1993, que cria o	permaneçam como se encontram.
estado a firmar convênio com entidades civis de		Programa de Apoio à Criação de Gado para	Aprovado.
direito privado sem fins lucrativos e		Abate Precoce e adota outras providências.	Discussão e votação em turno único
Associações de Proteção e Assistência aos		Conta com parecer favorável das	do Projeto de Lei n. 0531/2013, de
Condenados (APACs).		comissões de Constituição e Justiça, de	procedência governamental, que altera a Lei n.
Conta com parecer favorável das		Finanças e Tributação e de Agricultura e Política	13.667, de 2005, que cria a taxa de vigilância
comissões de Constituição e Justiça, de		Rural.	sanitária animal e adota outras providências.
Finanças e Tributação e de Segurança Pública.		Em discussão.	Conta com parecer favorável das
Em discussão.		(Pausa)	comissões de Constituição e Justiça, de
(Pausa)		Não havendo quem o queira discutir,	Finanças e Tributação e de Agricultura e Política
Não havendo quem o queira discutir,		encerramos sua discussão.	Rural.
encerramos sua discussão.		Em votação.	Em discussão.
Em votação.		Os srs. deputados que o aprovam	(Pausa)
Os srs. deputados que o aprovam		permaneçam como se encontram.	O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço
permaneçam como se encontram.		Aprovado.	a palavra, pela ordem, sr. presidente.
Aprovado.		Discussão e votação em turno único	O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares
Discussão e votação do Projeto de		do Projeto de Lei n. 0282/2014, de	Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr.
Lei n. 0160/2014, de procedência		procedência governamental, que institui o	deputado Dirceu Dresch.
governamental, que autoriza o Poder		Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepin-	O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH -
Executivo a alienar, por venda, imóveis de		SC) e estabelece outras providências.	Sr. presidente, gostaria de uma explicação
propriedade da Companhia Integrada de		Conta com parecer favorável das	sobre este projeto. Do que se trata? Eu não
Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina		comissões de Constituição e Justiça, de	acompanhei a tramitação nas minhas
(Cidasc).		Finanças e Tributação, e de Trabalho,	comissões e não lembro se ele passou.
Conta com parecer favorável das		Administração e Serviço Público.	O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares
comissões de Constituição e Justiça, de		Em discussão.	Ponticelli) - Eu questiono o deputado líder do
Finanças e Tributação e de Trabalho,		(Pausa)	governo Aldo Schneider? Eu vou passar à
Administração e Serviço Público.		Não havendo quem o queira discutir,	votação de outro projeto para que o deputado
Em discussão.		encerramos sua discussão.	Aldo Schneider possa esclarecer sobre o que
(Pausa)		Em votação.	se trata essa matéria ao deputado Dirceu

Dresch, e depois procederemos à sua votação. Enquanto isso, daremos sequência às demais matérias.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0194/2014, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre a doação de um imóvel de propriedade do estado no município de Campos Novos e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0318/2014, de procedência do Ministério Público, que dispõe sobre o pagamento de parcela de auxílio-alimentação ao corpo funcional do Ministério Público de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável na comissão de Constituição e Justiça.

Antes de deliberar sobre este projeto precisamos deliberar sobre um requerimento de destaque, apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores e outros parlamentares, que pretende votar no Plenário a emenda que modifica o art. 1º, ficando com a seguinte redação:

(Passa a ler.)

“Fica concedido no mês de dezembro de 2014, cota única, a parcela adicional do auxílio-alimentação no valor R\$ 4 mil a todos os integrantes ativos e inativos do corpo funcional do Ministério Público de Santa Catarina, e aos que se encontram no referido mês à disposição ou em exercício da instituição”.[sic]

Essa emenda foi rejeitada pelo relator e a eminente deputada Ana Paula Lima e outros apresentaram destaque em plenário.

Em discussão a emenda destacada.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente.

Peço a atenção, neste momento, dos srs. deputados e das sras. deputadas. Este projeto foi discutido na comissão de Constituição e Justiça, da qual faço parte, onde apresentei esta emenda que foi, infelizmente, rejeitada. Mas, a exemplo do que fez o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e desta Casa, que beneficiou ativos e inativos, a emenda está fundada, srs. parlamentares, no princípio da paridade dos rendimentos entre os servidores ativos e inativos do Ministério Público de Santa Catarina, concedendo a esses aposentados também o direito ao recebimento do abono, pois o projeto concede o benefício apenas aos servidores ativos, mas é um direito também dos servidores inativos.

Então, esta Casa estará beneficiando, com este projeto, tanto os servidores ativos quanto os servidores inativos e o Tribunal de Contas também.

Por isso, estamos apresentando esta emenda e espero ser acatada por todos os deputados e deputadas desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigada, deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, a emenda é meritória. Nós mesmos, membros das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, fizemos questão de, ao vivo, externar a nossa contrariedade quando da não inclusão dos inativos nesses dois projetos de lei: a concessão do auxílio aos servidores do corpo funcional do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.

Ora, sr. presidente, apesar de ser meritória a inclusão dos inativos, nós não podemos aprovar porque não há previsão orçamentária, não há repercussão financeira e tem vício de origem, sr. presidente, razão pela qual nós deixamos de examinar a emenda acostada ao presente projeto de lei e apresentada pela deputada Ana Paula Lima. E o projeto de lei, sr. presidente, foi aprovado nas comissões na forma original, como veio do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, como presidente da comissão de Finanças e Tributação, esta matéria também foi ontem analisada em conjunto com as comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público, e votada em separado no âmbito da comissão de Finanças. Chegando à comissão de Finanças a emenda já havia sido rejeitada no âmbito da comissão de Constituição e Justiça, portanto, veio o projeto original.

Lamentavelmente, não foram incluídos os aposentados, tanto do Ministério Público quanto do Tribunal de Justiça por questão de paridade, de isonomia, mas existe aqui também há o regramento de que não podemos criar despesa para nenhum outro órgão, nem para o Executivo nem para os demais poderes. Então, fica complicada a nossa situação perante essa questão legal, que é a questão de criar despesas para os poderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda destacada que foi rejeitada pelo relator.

A deputada Ana Paula Lima requer que seja feito nominalmente.

Determino, portanto, a abertura do painel para votação do destaque, srs. deputados.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não”, rejeitam-na.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, para deixar bem claro, será colocado em votação o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sim, o destaque.

Quem votar “sim” concorda com a emenda e quem votar “não” rejeita a emenda.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - O “não” é em função das duas comissões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Exatamente.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero ainda me manifestar acerca do assunto dizendo que os inativos, tanto do Tribunal de Justiça quanto do Ministério Público, têm absoluta razão quanto ao pleito, pois é justíssimo. Agora, o encaminhamento teria de ser feito pelo presidente do Tribunal de Justiça e pelo procurador-geral de Justiça a esta Casa. Se houve um erro, se houve uma omissão, não foi desta Casa Legislativa, mas da Presidência do Tribunal de Justiça e do Ministério Público Estadual.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCE DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	abstenção
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCISO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR CORIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.
Colho o resultado.
Temos 14 votos “sim”, 13 votos “não” e uma abstenção.
Aprovada a emenda.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado em turno único.
Votação em turno único do Projeto de Lei n. 0531/2013, procedência governamental, que altera a lei n. 13.667, de 2005, que cria taxa de vigilância sanitária e adota outras providências.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

O Deputado Dirceu Dresch fez um questionamento e o deputado Aldo Schneider já esclareceu.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - V.Exa. Quer encaminhar deputado Aldo Schneider?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Não, a princípio o deputado Dirceu Dresch está satisfeito com o esclarecimento, mas solicito ao relator da matéria, deputado Mauro de Nadal, que faça uma exposição mais técnica. Ele estudou o projeto, portanto, está qualificado para justificar a votação desse projeto.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, temos esse projeto, que é de 2013, e ele precisa do princípio da anterioridade para poder cobrar no ano que vem. Portanto, tem que ser votado este ano.

Ele não tem por objetivo criar novas taxas, mas regulamentar as taxas que já existem. E nós temos taxas que não podem ser cobradas justamente porque os valores foram especificados de uma forma equivocada no momento da elaboração do cálculo para a cobrança, ou seja, eles extrapolam, ficam muito altos, e aí o governo não consegue fazer a cobrança.

Então, esse projeto de lei tem como objetivo corrigir os valores fixados em lei anterior e também destinar para um fundo uma parcela desse recurso aos proprietários dos animais que são sacrificados nas propriedades em virtude da brucelose e da tuberculose.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria de solicitar um pouquinho mais de atenção dos nobres colegas e também silêncio, até porque o deputado Mauro de Nadal está fazendo exposição técnica aqui e me parece que a maioria dos srs. deputados e sras. deputadas não entenderam o espírito do projeto, mas, de qualquer forma, obrigado, deputado Mauro de Nadal pela sua exposição.

Está liberado para votar, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu dei uma olhada no projeto, pois, infelizmente, no dia que passou na comissão de Finanças e Tributação eu não estava presente.

Acredito, deputado Mauro de Nadal, pela justificativa de v.exa., que o projeto regulamenta algumas taxas e faz reajustes em algumas. Então, eu não estou em condições de votar favorável, vou me abster do projeto, mas permito que seja votado.

Não havendo quem mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria por unanimidade.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0319/2014, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre

o pagamento de parcela adicional de auxílio-alimentação ao corpo funcional ativo do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Também foi apresentado, em tempo, requerimento à Mesa destacando a emenda de autoria da deputada Ana Paula Lima e de outros integrantes da sua bancada. Emenda não acolhida pelo relator.

Portanto, a deputada apresenta requerimento de destaque, e eu li.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Da mesma forma, sr. presidente, como esta Casa está pagando este auxílio aos funcionários do Ministério Público, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina está fazendo justiça pagando aos funcionários ativos e inativos. Portanto, a nossa emenda é da mesma forma para que todos os funcionários ativos e inativos do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina possam receber esse auxílio-alimentação em parcela única.

A emenda está fundamentada também no princípio da paridade dos rendimentos entre os servidores ativos e inativos, concedendo a esses aposentados o direito ao recebimento do abono, que o projeto concede apenas aos servidores ativos.

É para fazer justiça, pois todos os poderes estão pagando a todos os servidores. Nada mais justo que o Tribunal de Justiça também pague.

Era isso, sr. presidente, e peço destaque em votação no painel.

(Palmas)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Esta questão de destaque refere-se ao auxílio natalino para os inativos do Ministério Público. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Para os inativos do Tribunal de Justiça. E chamo a atenção que a emenda é modificativa, ou seja, essa emenda não pode ser vetada.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Não pode ser vetada. E a anterior pode?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Também não.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - É modificativa também.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - O projeto que autoriza a Assembleia é um e o do Ministério Público é outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - São projetos separados.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - São projetos distintos, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Quer dizer que, se o projeto for aprovado aqui e o Tribunal de Justiça entender que não há recursos suficientes para o pagamento, ele é que vai tomar as providências de parcelar, não pagar ou não vetar. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Tanto o Tribunal de Justiça quanto o Ministério Público?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - E o governador não poderá vetar apenas a emenda, tem que vetar o projeto inteiro, uma vez que ela foi apresentada de forma modificativa. Se tivesse sido apresentada uma emenda aditiva, poderia haver um veto parcial, mas a emenda é modificativa.

Portanto, ou o governador veta o projeto inteiro ou sanciona, e o Tribunal de Justiça e o Ministério Público pagam ou não pagam, porque aí cabe a cada administração decidir.

O nosso já foi aprovado, desta Casa, da forma original. O do Ministério Público foi aprovado com emenda, do Tribunal de Contas já aprovamos, porque lá já estava contemplado o inativo. E agora vamos deliberar sobre o projeto do Tribunal de Justiça.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - V.Exa. tem mais um minuto.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu acho que esta Casa tem que ter o senso de justiça. Nós discutimos exaustivamente nas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, hoje, ontem e antes de ontem, e foi extremamente cansativa essa discussão para defender a constitucionalidade e, acima de tudo, a não condição alegada pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público, de não poder pagar para os inativos.

Ora, se a Assembleia está pagando, e agora nós aprovamos para o Tribunal de Contas, diante desses fatos, entendo que todos são merecedores. Até porque como é que vamos agir para o Tribunal de Contas de uma forma e para a Assembleia de outra.

Então, a minha dúvida é a seguinte: para cada Poder é distinto? A Assembleia tem a vida financeira dela e ela vai pagar se houver recursos. Da forma que está aí, e o Tribunal de Justiça que vai se entender com o seu corpo funcional. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - E com o seu orçamento.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Então, eu acho que nós temos que votar, pelo menos praticar o senso de justiça para todos.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero aqui, ainda, tratar desta matéria e dizer que as três comissões reunidas, de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público, trataram exaustivamente dessa questão, deputado Moacir Sopelsa, inclusive aprovaram uma moção conjunta solicitando ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça que concedam o benefício também aos inativos.

Mas nós examinamos, sr. presidente, a emenda pura e meramente pela sua constitucionalidade, pela sua falta de repercussão financeira, pela sua falta de viabilidade.

Mas volto a dizer, o inativo é merecedor de receber o auxílio? Sim, mas como sou legalista, votei pelo não acolhimento da emenda. E restou aprovado nas três comissões o relatório e voto do relator, que foi pela concessão simplesmente ao servidor ativo, porque cabe ao Poder Judiciário, assim como cabe ao Ministério Público, gerir os destinos do seu orçamento.

Eles têm um percentual da receita do estado e têm que cobrir o custeio, o investimento e o pagamento da folha de todos os servidores ativos e inativos. Então, por isso, sr. presidente, que foi dado o meu voto e foi nessa condição, e eu mantenho a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Presidente, eu quero primeiro enfatizar o encaminhamento feito pelo deputado Marcos Vieira, que é pertinente e deve ser levado em conta.

O meu voto na questão do Ministério Público foi favorável por uma questão de princípio. Se nós mantivéssemos a emenda, teríamos o projeto normal tramitando como veio do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.

Nós temos uma emenda proposta legitimamente por um parlamentar, por isso, temos que nos manifestar sobre ela. E aí, por uma questão de princípio, não me parece correto votar de uma forma para a Assembleia Legislativa, de uma forma para o Tribunal de Contas e de outra forma para os poderes.

Agora, se restar claro que ela é inconstitucional, eles têm todos os instrumentos para alterá-la. O posicionamento nosso é que me parece equivocado, a menos que nós também revissemos a questão da Casa e do Tribunal de Contas.

Com relação à efetivação, se há ou não recurso ele pode parcelar, pode pagar ano que vem ou pode diminuir o valor para atender a todos. Se o princípio for o mesmo, parece-me equivocado votarmos, no mesmo dia, uma matéria de uma forma e outra matéria de outra forma. Não tem sentido!

Então, como há uma emenda, que é legítima, ela tem que ser votada. Eu me valho do princípio da isonomia, ou seja, o que vale para o Ministério Público; vale para a Assembleia e para o Tribunal.

Respeitando muito a condição e a posição do deputado Marcos Vieira com relação à constitucionalidade da matéria, a emenda veio para o Plenário e deve ter a mesma deliberação do que vale para os poderes, de acordo com a isonomia. Só para deixar claro qual foi o meu posicionamento.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Apenas para finalizar, quero parabenizar o deputado Gelson Merisio pela posição e dizer que daqui para frente, todo e qualquer projeto que conceda reajuste ou que conceda gratificação para os servidores, votarei pela padronização da remuneração do servidor público de Santa Catarina, independentemente do poder órgão a quem pertença.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria de deixar claro o trabalho exaustivo dos membros das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, onde nos apegamos a constitucionalidade dos fatos. Evidentemente, quero alertar a todos de que este projeto pode ser considerado incons-

titucional. Portanto, pode o Tribunal de Justiça ou o próprio Ministério Público nem pagar os ativos e nem os inativos.

Então, é isso que quero deixar claro aqui. Nós estamos tratando todos os iguais de uma forma igual, mas nós estamos infringindo constitucionalmente os nossos poderes, pois não podemos criar despesas. Isso é fato. É isso que eu gostaria de deixar claro para todos. Quer dizer, o projeto será aprovado, mas quanto ao pagamento, os senhores que estão aplaudindo terão que discutir com o presidente do Tribunal de Justiça, com o procurador do Ministério Público e com o presidente do Tribunal de Contas. A parte do legislativo nós fizemos, mesmo sabendo que estamos incorrendo numa inconstitucionalidade. Mas estamos tratando os iguais de forma igual. É isso que eu quero deixar claro, até para que depois não digam que a Assembleia foi relapsa, que a Assembleia aprovou sob pressão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu acho que no mérito, nós estamos todos tranquilos. Inclusive falava aos inativos que não conheço nenhum parlamentar nesta Casa contra essa concessão. A dúvida que alguns tinham era no campo da constitucionalidade, apenas. É bom lembrar que os 40 parlamentares desta Casa, excluindo o deputado Sargento Amauri Soares, que disse ter posição diferente, são favoráveis a essa matéria. O que havia dúvida era na questão da constitucionalidade.

Para contribuir, sr. presidente, na questão da constitucionalidade, é importante destacar que é princípio constitucional a paridade, ou seja, tratamento igualitário entre servidores ativos e inativos. Eu venho do serviço público, da Justiça do Trabalho, onde eu era sindicalista, e jamais permitimos que se vendessem os nossos aposentados para os ativos ganharem mais. Isso não é bom, não é justo e é inconstitucional.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Rapidamente quero salientar que tem se tratado essa questão, os poderes em geral, ano a ano, no varejo. Não quero ser deselegante, mas sou obrigado a dizer que todo ano ocorre um arranjo para ver qual o tamanho do abono e para quem vai o abono em cada um dos poderes. Não vamos precisar nos alongar, porque se vale para uns, evidentemente tem que valer para todos. Se os servidores tem um salário baixo, temos que transformar numa política salarial efetiva, que vai de forma permanente, inclusive para aposentadoria.

Isso é que precisa ser discutido, porque senão todo ano este Poder vai ficar aqui discutindo critérios, numa política geral bastante precária em termos de critério, porque não é uma política salarial, é uma gratificação, uma bonificação excepcional no final do ano, mas que todo ano tem. E ficamos aqui, um dia inteiro, discutindo esse abono para os servidores, em alguns lugares, até para os titulares de alguns poderes. Mas com certeza o destaque é legítimo - se é que todo o processo é legítimo ou que existe legitimidade e necessidade -, e o que vale para um, o arranjo, precisa valer para todos.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero aproveitar a fala do deputado Sargento Amauri Soares sobre igualdade entre os órgãos e os poderes na legislação, com o que concordamos, mas é importante que façamos uma reflexão no sentido de cobrar do governo do estado para o próximo ano que outras secretarias do estado e entidades do estado também possam receber esse abono. Já que estamos falando de justiça, vamos pensar no servidor da saúde, da agricultura, no professor. Acho que o estado pode conceder isso se fizer um esforço de gestão, e aí sim, estaremos à vontade para votar um projeto igualitário para todos, merecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Em votação o destaque da emenda. Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim" e 6 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a emenda.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0319/2014, de procedência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que dispõe sobre o pagamento de parcela adicional de auxílio-alimentação ao corpo funcional ativo do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, sem prejuízo da emenda.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução n. 0003/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que institui no âmbito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o Programa de Promoção da Conservação e Uso Racional da Água.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.
Em discussão.
A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.
A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero apenas mencionar que, quando v.exa. tomou posse, começamos a discutir projetos como esse. A Assembleia Legislativa tem condições de ser autossuficiente no fornecimento de energia e de água. E o projeto abre a possibilidade de começarmos esse estudo é bastante embrionário, mas dá o pontapé para esta Casa ser autossustentável, inovando, inclusive no país.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Parabéns pela iniciativa!
Continua em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução n. 0004/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que institui no âmbito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o Programa de Promoção do Uso de Energia Renovável.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução n. 0007/2013, de autoria do deputada da Deputada Angela Albino, que dispõe sobre adoção de critérios socioambientais na aquisição de bens, contratação, execução e fiscalização de serviços e obras para Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Tributação.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0002/2014, de autoria da deputada da Deputada Angela Albino, que

dispõe sobre adequação de prova aos portadores de deficiência visual nas situações que mencionam.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.
Em discussão.
A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.
A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Presidente, apenas para conhecimento dos parlamentares, esse projeto de lei corrige uma injustiça, pois no estado os concursos públicos às pessoas de baixa visão ou cegas, quando recebem a prova, recebem um papel igual a este, sr. presidente. Não tem braile, não tem computador acessível, fiquei até constrangida em fazer o projeto de lei, porque obviamente nem precisava.
Mas a Casa dá um passo adiante, um marco histórico para o setor.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0003/2014, de autoria do deputada da Deputada Angela Albino, que dispõe sobre incorporação nos Planos Diretores dos municípios catarinenses de documentos do estado, sobre estudos e mapeamentos de áreas de risco.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0004/2012, de autoria do deputado Dado Cherem, que acrescenta ao § 3º ao art. 24, da Lei 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.
Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0014/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que dispõe sobre a realização de exames oftalmológicos e otorrinolaringológicos em alunos da rede estadual de ensino e adota outras providências.
Conta com parecer favorável nas comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.
Em discussão.
(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0015/2013, de autoria do deputado da José Nei Ascari, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do exame denominado teste da linguinha, no estado de Santa Catarina.
Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0061/2014, de autoria do deputado da Jean Kuhlmann, que dispõe sobre a utilização do veículo automotor apreendido, cuja identificação não seja possível, em serviço de repressão penal e adota outras providências.
Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Segurança Pública.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0067/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que proíbe a propaganda de medicamentos e similares nos meios de comunicação do estado de Santa Catarina.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0087/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Programa de Apoio aos Alunos com Deficiência, Condutas Típicas e Altas Habilidades nas escolas da rede de ensino público no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.
Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0088/2012, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição de cadastro de contribuinte do imposto, ICMS, dos estabelecimentos que produzam ou comercializam produtos em cuja fabricação tenha havido a utilização de trabalho caracterizado como forçado ou análogo à escravidão.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0088/2014, de autoria do deputado Dado Cherem, que cria os procedimentos a serem adotados pelos hotéis, motéis, pousadas, pensões, ou estabelecimentos congêneres em face o que dispõe o art. 82 da Lei n. 8.069, de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe a hospedagem de criança ou adolescente, salvo se acompanhado ou autorizado pelos pais ou responsável, ambos devidamente comprovados.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0093/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber as faturas de pagamento do consumo mensal dos serviços públicos de telefone, energia elétrica e água confeccionada no sistema Braille.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e supressiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0095/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre o prazo de postagem dos boletos bancários, documentos de cobrança ou similares por parte de empresas públicas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos, para clientes residentes no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0107/2014, de autoria da deputada Ada Faraco De Luca, que torna obrigatória a divulgação de números dos telefones e respectivos endereços do Procon nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, inclusive os oficiais, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0113/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que altera o art. 1º, da Lei n. 14.218, de 2007, que dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos dos boletins de ocorrências de acidentes de trânsito com vítimas, para recebimento de indenização, previsto em lei, paga pelo seguro obrigatório.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0117/2012, de autoria do deputado Dado Cherem, que acrescenta o parágrafo único do art. 4º e altera a redação dos incisos I e III do art. 7º, da Lei n. 14.610, de 2009, que dispõe sobre o Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0122/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no estado de Santa Catarina, denominado Observatório da Violência Contra a Mulher-SC.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0144/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que Institui o mês Maio Amarelo dedicado a ações preventivas de conscientização para a redução de acidentes de trânsito.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Ao presente Projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0151/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação dos nomes completos, cidade de origem, linha, horário de embarque e o destinado dos passageiros com direito à gratuidade ou isentos em 50% do valor da passagem do Transporte Coletivo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0321/2014, de autoria do deputado Gilmar Knaesel e outros, que Institui o Plano de Previdência Complementar para deputados e servidores exclusivamente ocupantes de cargos e provimentos em comissão da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Ao presente Projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0158/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que torna obrigatória a divulgação do serviço Vivavoz 132, do governo federal, que orienta e informa sobre e prevenção de uso de drogas e seus efeitos no organismo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Prevenção e Combate às Drogas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0174/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que determina que o Poder Público Estadual fixe cartazes com os deveres e proibições dos funcionários públicos, ao lado dos cartazes que contêm os seus direitos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos Humanos.

Ao presente Projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0180/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que dispõe sobre vacinação, distribuição de medicamentos e realização de exames aos portadores de hepatites, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0265/2014, de autoria dos deputados Joares Ponticelli e Gilmar Knaesel, que veda a publicação de pesquisas de opinião pública relativas às eleições, no âmbito de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0185/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, que dispõe sobre o currículo escolar da rede estadual de ensino quanto ao ensino relativo ao estudo do negro na formação socioeconômica e cultural brasileira e do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0302/2014, de autoria do deputado Reno Caramori, que reconhece o município de Frei Rogério como Capital Catarinense da Cultura Japonesa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Projeto de Lei n. 0570/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a informação que deve ser fornecida ao consumidor nos restaurantes, bufes, bares, lanchonetes, cantinas, similares, e quaisquer estabelecimentos que comercializam e entregam em domicílio pescados para pronto-consumo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, apenas para esclarecer aos nossos colegas parlamentares. Este projeto visa justamente proteger o nosso pescado catarinense e brasileiro. Muita gente está consumindo o peixe panga, um produto importado, e deixa de consumir os nossos peixes, a exemplo da nossa tilápia, deputado Jean Kuhlmann, que é um peixe brasileiro. Então, é preciso identificar o pescado e o produto que as pessoas estão consumindo. Queremos reforçar isso com nosso projeto.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, diante do que acordamos hoje pela manhã, todos os projetos que houvessem convergência seriam deliberados. Este projeto, no meu entendimento, não há convergência, não há unanimidade na deliberação dele.

Portanto, peço a v.exa. que o retire de pauta.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu concordo, sr. presidente, com a posição do deputado Silvio Dreveck, porque a Facisc, a Fiesc e a FCDL querem discutir melhor esse projeto, pela dificuldade da operacionalização. Então, se for possível, sr. presidente, eu também gostaria que retirasse esse projeto de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Como acordamos, hoje, pela manhã, e como v.exas. estarão nesta Casa na próxima legislatura, esta Presidência determina a retirada de pauta desta matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei 0494/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que obriga a realização de exame de oximetria de pulso em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0079/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima e Angela Albino, que proíbe a prestação de serviço de vigilância de cães de guarda com fins lucrativos no âmbito do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0198/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Sistema Localiza no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0216/2014, de autoria da deputada Angela Albino, que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes, no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, presidente. Apenas para fazer o registro, a respeito do Projeto de Lei 0321/2014, que fala da Alesc Prev, da minha posição contrária ao projeto. Soube que já tramitou junto com todos os outros projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Registre-se o voto contrário do deputado Sargento Amauri Soares, do deputado Maurício Eskudlark, da deputada Luciane Carminatti e do deputado Dirceu Dresch.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0233/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a prioridade de vagas nas escolas para crianças adolescentes cujas mães foram vítimas de violência doméstica no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer das comissões de Constituição de Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0242/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o pagamento no valor de meia-entrada ao músico catarinense inscrito na Ordem dos Músicos do Brasil, a OMB.

Conta com parecer das comissões de Constituição de Justiça, de Educação, Cultura e Desportos e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0245/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui o Dia Estadual do Direito à Verdade e à Memória no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, primeiramente, queria cumprimentar a autora do projeto pela iniciativa, pois é importante que nós tenhamos um dia para lembrar dos nossos antepassados, de tantos que contribuíram para Santa Catarina e para o Brasil, principalmente aqueles que foram vítimas da ditadura militar.

Mas eu pediria, com a licença da deputada Ana Paula Lima, que no ano que vem, quem sabe, esta Casa, na comissão de Constituição e Justiça ou na comissão de Educação, possa acrescentar no currículo das escolas estaduais uma disciplina que trate do assunto relativa à memória dos nossos antepassados.

Recentemente, foi feita uma homenagem ao ex-governador Jorge Lacerda, mas podem ficar tranquilos os deputados que a

grande maioria dos jovens catarinenses não sabe quem foi Jorge Lacerda.

V.Exa. teve a oportunidade de participar, recentemente, em Brasília, de uma homenagem na Câmara federal feita ao ex-governador Jorge Lacerda e pudemos perceber que as pessoas não conhecem a história dos antepassados, porque isso não é ensinado nas escolas. E isso não acontece somente com Jorge Lacerda. Se perguntarmos aos jovens de Santa Catarina e do Brasil quem foi Felipe Schmidt, quem foi Nereu Ramos, eles não saberão dizer. Eu estou falando somente no setor político. Mas quando vamos para as artes plásticas, as pessoas também não saberão dizer quem foram Willy Zumblick, Cruz e Souza e Victor Meirelles.

Enfim, isso acontece em todos os segmentos: na vida social, política e artística. Essa juventude não conhece a história e as pessoas que contribuíram e fizeram a economia, a cultura, o lado social de Santa Catarina e do Brasil.

Quem sabe, então, sr. presidente, no ano que vem, a deputada Ana Paula Lima, que é autora desta proposta, consiga, na comissão de Constituição e Justiça, incluir no calendário das escolas estaduais o item memória, para que a juventude, os nossos estudantes se lembrem sempre daqueles que contribuíram para o engrandecimento do estado de Santa Catarina e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Edison Andrino.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu sei que há ainda um conjunto de projetos para votar, mas quero fazer o registro de que há, nesta Casa, várias pessoas do projeto EJA, que trata do repasse de recursos à escola de Florianópolis. Há várias pessoas aqui, como o sr. Moraes Andrade, de 73 anos, que é estudante e está esperando que o projeto seja analisado.

Então, pediria a v.exa., se fosse possível, que antecipasse a tramitação desse projeto, para liberar as pessoas que estão acompanhando e esperando a votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vamos atender na sequência, deputado Dirceu Dresch.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0297/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que altera o art. 2º da Lei n. 16.250, de 2013, que autoriza a doação de imóvel no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu queria fazer somente uma correção. Na verdade, esse imóvel foi repassado para o município e lá funciona há vários anos a educação de jovens e adultos, inclusive estão aqui presentes a professora Regina, o professor Paulo, a sra. Maria Moraes, que já citei, a sra. Lídia Cabral e também a sra. Cacilda, que estudam neste colégio, em que este espaço está sendo ou foi passado para o município para a instalação de uma escola de música. Por um lapso, talvez, esqueceram ou acabaram deixando esses alunos sem o espaço.

Assim sendo, qual o objetivo do projeto? Ele corrige justamente esse erro, além da escola de música nesse espaço também possa continuar funcionando a educação de jovens e adultos.

Então, só queria fazer essa correção. Inclusive tivemos em audiência com o secretário Nelson Serpa e acordamos com ele o encaminhamento desse projeto.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0266/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais e, na ausência destes, para o familiar responsável e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0271/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre o exercício da atividade de Agente de trânsito e a criação do Fundo de Aperfeiçoamento dos Profissionais do Trânsito (FAPT), no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, tenho evitado discutir os projetos, mas com a presença aqui do Silvío, presidente do Sindicato dos Agentes de Trânsito do Estado e um bom número de agentes que estão aqui desde ontem, interagindo com os srs. parlamentares, não poderia deixar de dizer que com a aprovação da PEC 55, no Congresso Nacional, criamos a condição legal de apresentar esse projeto que

tem dois viés. O primeiro viés é a legalização de um fundo que vai servir para profissionalizar, para aparelhar, para treinar os agentes em Santa Catarina.

E o segundo viés, talvez o mais importante, é que estamos regulamentando uma profissão, em nível de estado, que dá condições aos municípios criarem as carreiras para os agentes de trânsito.

Muito obrigado a todos e parabéns!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Rapidamente, sr. presidente, quero cumprimentar os agentes de trânsito e dizer que acho que vale a pena registrar a presença da Guarda Municipal de Blumenau, a primeira guarda do Brasil.

Eu acho que é justo e necessário o registro nesta tarde.

O Sr. Deputado Mauricio Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauricio Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Sr. presidente, apenas para registrar o nosso apoio e ratificar que temos que ter uma padronização das guardas municipais. Temos que ter viaturas das mesmas cores em todo o estado de Santa Catarina para que o cidadão e o motorista de todos os municípios possam reconhecer e identificar esse serviço, inclusive com treinamento e outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Mauricio Eskudlark.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente fui um dos relatores da comissão de Finanças e Tributação, vejo e cito como exemplo a STC-Criciúma, que desenvolve um trabalho por excelência. Agora precisa realmente de autonomia, precisa de fundo para poder caminhar com as próprias pernas.

Penso que essa regulamentação nós precisamos aplaudir e apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

(Palmas)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0274/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei n. 12.870, de 2004, que dispõe sobre a Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0275/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei n. 11.436, de 2000, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0276/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que altera o art. 2º da Lei n. 16.298, de 2013, que institui o Conselho Estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico (Cesip), para incluir novas entidades na composição do órgão.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0279/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a apresentação de sessões de cinema, de espetáculo de música, teatro e dança e de palestras literárias nas escolas estaduais do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0289/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que proíbe o uso, a comercialização, a produção, a importação e a publicidade de andadores infantis no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0290/2013, de

autoria do deputado Antônio Aguiar, que obriga a divulgação de fotos de pessoas desaparecidas em salas de cinema, aeroportos, portos, rodoviárias e terminais de ônibus situados no estado de Santa Catarina e dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições públicas, concessionárias e prestadores de serviço público do estado de Santa Catarina a incluírem fotos nos boletos de cobrança, avisos e extratos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0292/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que disciplina o uso dos termos cartório e cartório extrajudicial no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0295/2012, de autoria do deputado Dado Cherem, que dispõe sobre medidas protetivas para as pessoas portadoras de dependência química.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0296/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre Igualdade de Gênero no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0247/2012, de autoria do deputado Silvío Dreveck, que

denomina Oscar Manoel da Conceição, o Elevado do Trevo da Seta entre os bairros Costeira do Pirajubaé e Rio Tavares na SC-405, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0299/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, altera a Lei n. 15.171, de 2010, que impõe sanções às seguradoras que praticarem condutas lesivas aos segurados ou a terceiros.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0313/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o mês de Dezembro Laranja dedicado a ações preventivas e diagnóstico precoce do câncer de pele no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0317/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre isenção ao hipossuficiente do pagamento de exame toxicológico em concursos públicos realizados no estado de Santa Catarina, que o exigirem.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0317/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui o Dia Estadual do Voluntário.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0343/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a Campanha de Inserção do Surdo e sua família, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0348/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que torna obrigatória a divulgação do ano de fabricação e da data da incorporação à frota dos veículos utilizados pelas empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0386/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que estabelece período máximo de tolerância para início de espetáculos musicais, shows e peças teatrais no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0418/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a Campanha Ciclista Protegido no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0508/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, que dispõe sobre a comercialização de imóveis populares pelo estado, reservando percentagem para pessoas portadoras do vírus HIV/Aids ou para famílias por elas responsáveis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0535/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que obriga as empresas que perfuram o solo para implantação de poços artesianos que coletam material para envio para análise pelo órgão competente com a finalidade de criar um banco de dados das características do solo catarinense.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, este projeto é um projeto polêmico, parece que ele só passou em uma comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Duas. Justiça e Economia.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Como tem um acordo de que projeto polêmico nós poderíamos deixar para votar num outro momento, eu solicito que isso seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Como v.exas. estarão aqui no ano que vem, não haverá prejuízo para a discussão. Então, determino a retirada de pauta desta matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0572/2013, de autoria do deputado Sandro Silva, que dispõe sobre a do negro nas campanhas publicitárias oficiais do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Ao projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, com a concordância dos srs. líderes, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para 17h27, quando votaremos em bloco o segundo turno das matérias que acabamos de votar.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 032ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2014 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 16h30, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno e em bloco das matérias que acabamos de votar em primeiro turno.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Requeiro a v.exa. que cite somente o número do projeto de lei, sem citar a ementa.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Seria a mesma colocação, sr. presidente, até para a agilização dos trabalhos. Se v.exa. entender que é o melhor encaminhamento, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Acolho o pleito de v.exas.

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Resolução n.s.: 0003/2013, 0004/2013 e 0007/2013.

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei n.s.: 0002/2014, 0003/2014, 0004/2012, 0014/2011, 0015/2013, 0061/2014, 0067/2011, 0087/2011, 0088/2012, 0088/2014, 0093/2011, 0095/2010, 0107/2014, 0113/2013, 0117/2012, 0122/2013, 0144/2014, 0151/2013, 0321/2014, 0158/2013, 0174/2012, 0180/2011, 0185/2011, 0302/2014, 0265/2014, 0494/2011, 0079/2013, 0198/2014, 0216/2014, 0233/2013, 0242/2009, 0245/2014, 0297/2014, 0266/2012, 0271/2014, 0274/2011, 0275/2011, 0276/2014.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Quero fazer uma pequena ressalva. Há projetos em que não houve convergência total. São os Projetos n.s. 0289/2013 e o 0067/2011. Eu peço que os retirem da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Determino à assessoria que identifique essas duas matérias. Depois voltamos a discutir.

Vou continuar com a discussão e votação, em bloco, em segundo turno, dos Projetos de Lei n.s.: 0279/2014, 0289/2013,

0290/2013, 0292/2014, 0295/2012, 0296/2014, 0247/2012, 0299/2013, 0313/2014, 0317/2013, 0317/2014, 0343/2013, 0348/2011, 0386/2013, 0418/2013, 0508/2013 e 0572/2013.

Essas matérias serão deliberadas agora e terão votação em segundo turno, mantida a mesma votação dada pelos deputados no primeiro turno. Quero deixar claro esse encaminhamento.

Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, pelo que vejo falta a votação da Lei Orçamentária Anual e a redação final. A Lei Orçamentária Anual é turno único. Então, por ser turno único, sr. presidente, podemos votar agora o Orçamento para depois fazermos a redação final numa outra sessão, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esse é o encaminhamento que vamos adotar.

Estou com o projeto do Orçamento pronto para começarmos a deliberar e depois faremos uma sessão final para votação das redações finais.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Casualmente, v.exa. continua, hoje, presidindo esta sessão.

Eu não gostaria que o nosso projeto fosse arquivado. Um projeto importante na minha avaliação, que está desde 29 de outubro de 2013 na diretoria legislativa aguardando autorização para entrar na Ordem do Dia. Projeto de Lei n. 0369/2012, que dispõe sobre a divulgação dos custos de propaganda realizada pelos poderes constituídos.

Eu sei que o projeto talvez gere polêmica, mas foi aprovado em todas as comissões e está na mesa para ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - V.Exa. não fará isso comigo.

V.Exa., com quem tive o privilégio de conviver ao longo desse período, que tem a minha admiração, vai me preservar disso e vai incomodar o deputado Gelson Merisio, a partir de fevereiro do próximo ano, porque ele é que quer discutir essa matéria com v.exa.

Nós somente temos em pauta o Orçamento e vamos começar a discussão, agora. Por isso, peço a sua compreensão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, solicito a v.exa. que nos informe se houve pedido de destaque de alguma emenda rejeitada na comissão de Finanças e Tributação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não há!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Não havendo, podemos ir para a discussão e, em seguida, à votação imediata do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem, deputado!

Senhoras e senhores...

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Primeiramente, quero agradecer a todos os membros da comissão de Finanças e Tributação que comigo dividiram a responsabilidade de conduzir o processo, não somente da LOA, como também da LDO e da revisão do PPA. Quero agradecer especialmente ao deputado Marcos Vieira que hoje fez o relatório final. E, mais uma vez, tendo o acordo aqui estipulado com todos os deputados, com todos os partidos, de priorizarmos o Orçamento Regionalizado, que tem sido a bandeira de todos os deputados e de todas as bancadas, no sentido de forma definitiva termos esse instrumento convalidado, tanto no Poder Legislativo como no Poder Executivo. Quero aqui reafirmar mais uma vez que nas audiências públicas e todos os encaminhamentos feitos o Poder Executivo cumpriu, praticamente, com todo o acordo. Algumas questões tivemos que corrigir através de emendas do relator, mas, mais uma vez, quero reafirmar essa parceria com o Poder Executivo.

Acredito que agora com a aprovação da emenda hoje, da impositividade do Orçamento Regionalizado, de autoria de v.exa., e consultivo global da comissão de Finanças e Tributação, a nova legislatura terá agora um instrumento efetivo para consolidar as emendas e o Orçamento Regionalizado de forma definitiva.

Então, saio daqui, deputado Reno Caramori, assim como v.exa., agora, sim, com a consciência tranquila de ter defendido essa bandeira, consolidada agora no Orçamento.

Portanto, peço vênha a todos os deputados, para agradecer a compreensão e por não poder acatar as emendas individuais de nenhum partido, de nenhuma bancada, porque priorizamos o Orçamento Regionalizado, conforme o compromisso maior. Como bem disse, foi aprovado hoje, de manhã, e peço a aprovação aqui em Plenário da forma como foi aprovado na comissão de Finanças e Tributação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem deputado Gilmar Knaesel.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0261/2014, de origem governamental, que estima receita e fixa despesas do estado para o exercício financeiro de 2015.

Conta com parecer da comissão de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditiva e modificativa.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Conforme já havia solicitado, mais uma vez peço a compreensão de todas as bancadas, a

todos os 40 deputados estaduais, para que votem favoravelmente àquilo que construímos juntos.

Não é um parecer, não é um relatório deste deputado e, sim, de toda a comissão de Finanças e Tributação que trabalhou o ano inteiro no sentido de buscar o aperfeiçoamento do processo, mas acima de tudo, respeitar aquilo que é o entendimento maior, que é o Orçamento Regionalizado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Concordo perfeitamente com a fala do deputado Gilmar Knaesel, que fez um grande trabalho rodando o estado, levantando as demandas e também da emenda constitucional do orçamento impositivo. Foi sempre um debate que fazíamos nas audiências regionalizadas.

Mas falava de manhã na comissão de que o papel nosso enquanto parlamentar, enquanto deputados é olhar também para as grandes políticas estaduais, para o conjunto dos setores, porque normalmente da região vem um orçamento olhando mais especialmente para a infraestrutura, às ações em nível de região.

Então, como atuamos no estado todo e temos grandes demandas em vários setores, como as micro e pequenas empresas, na agricultura familiar, na educação, na saúde e com outros temas em nível de estado, temos um grande problema aqui, na minha avaliação, porque estes temas não conseguem mais serem incluídos, tem que ter um espaço no orçamento para inclusão desses grandes temas das políticas estaduais que atingem um grande número de regiões e um conjunto da população catarinense.

Assim, isso para mim é um grande ponto de interrogação. O que é esse Orçamento? Que grandes políticas precisariam ser incluídas, porque a gente faz tentativa e não consegue também aprovar essas emendas e serão acatadas somente as emendas do Orçamento Regionalizado.

Talvez precisasse diminuir um pouco, então, o que vem das audiências regionalizadas e ter um espaço para essas grandes políticas que, muitas vezes, não vem do Executivo e acabam sendo comprometidas depois, quando você vai fazer o debate lá com a sociedade e não tem orçamento para fazer essas políticas de investimento estadualizado no nosso investimento em quanto estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade com os cumprimentos da Presidência, da Mesa Diretora, ao eminente relator deputado Gilmar Knaesel pelo grande trabalho que v.exa., em que pese todas as dificuldades de saúde que enfrentou nesse tempo, mas conseguiu cumprir com a sua missão e apresentar um parecer, sendo, dos 16 anos que estou, o mais tranqüilo de todos.

Eu nunca vi uma discussão e votação do Orçamento tão tranqüilas, como a ocorrida na tarde de hoje.

Certamente, deputado Gilmar Knaesel, em homenagem ao grande trabalho que v.exa. prestou aos catarinenses por mais de duas décadas nesta Casa. Esta Casa vai sentir saudades de v.exa., pode ter certeza, um homem agregador, conciliador, que demonstrou hoje, mais uma vez, a sua capacidade de agregar, de articular e ter a aprovação do seu relatório por unanimidade. E olha que vivemos momentos de muita tensão nas discussões do Orçamento.

Nenhuma emenda, nenhum destaque às emendas rejeitadas foi apresentado, sinal de respeito e de compreensão dos parlamentares que apresentaram emendas, mas que o relator teve a capacidade de mostrar a impossibilidade do atendimento.

Por isso, quero, em nome da Presidência e da Mesa Diretora, cumprimentar v.exa. pelo grande trabalho realizado.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço as suas palavras e a compreensão de todos os srs., deputados.

Esse gesto me motiva, me deixa feliz. Mas quero dizer que esqueci de agradecer também aos membros e funcionários da coordenadoria do Orçamento Regionalizado que, mais uma vez, dedicaram-se e participaram com seu trabalho competente.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Primeiramente, deputado Gilmar Knaesel, quero aproveitar para cumprimentá-lo e dizer que v.exa. vai fazer falta nesta Casa.

Presidente Joares Ponticelli, aproveitando a votação do Orçamento, quero fazer uma reflexão, mas também um requerimento verbal para o governo do estado e ao governo federal.

Acabo de receber aqui um ofício da Irmã Libera Mezari, do Hospital São José, de Criciúma, comunicando que em função de não receber os repasses do SUS do mês de novembro, impossibilitado de continuar o atendimento, a partir de hoje, às 18h, este Hospital, que é o maior do sul do estado, deixa de receber atendimentos, ficando apenas com emergência e oncologia abertas.

Então, já que estamos votando um Orçamento de R\$ 22 bilhões para o estado, fica aqui uma grande preocupação com relação à questão da saúde.

Não sei o que está acontecendo, mas todos os hospitais filantrópicos do estado estão com grande problema. O Hospital São José, que é um exemplo de administração e de qualidade de atendimento está paralisando os seus serviços.

Fica aqui um requerimento à secretária de Saúde e ao governador do estado para que providências sejam tomadas.

Na tarde de amanhã a Federação dos Hospitais e Santas Casas de Santa Catarina está se reunindo para tomar uma posição.

Então, é uma emergência e eu quero aprovar esse requerimento e também que os demais parlamentares reflitam sobre a questão dos recursos para a saúde, não apenas sobre a nossa aprovação aqui, mas também sobre a correta execução por parte do governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Esta Presidência, com a concordância dos srs. líderes, encerra a presente sessão, convocando outra, às 17h47 para a votação da redação final de todas essas matérias e para a concessão de tempo ao deputado Dirceu Dresch, ao final, para a apresentação do relatório da CPI.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 033ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2014 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 17h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darcy de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Darcy de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darcy de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, presidente, deputado Joares Ponticelli. Eu não poderia deixar de registrar a presença em meu nome e em nome dos deputados Gilmar Knaesel e Marcos Vieira, que também adotaram o vereador Paulo Kovalski, presidente da Câmara de Vereadores, de Porto União; e do Bifão, que preside o nosso partido em Porto União. Realizaram lá uma audiência pública, solicitando melhorias na SC que liga Porto União a Caçador, e hoje entregaram na Casa Civil as suas reivindicações e estão

interagindo também com os parlamentares. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença do vereador Paulo Kovalski, nesta última sessão da 4ª sessão legislativa da 17ª Legislatura.

Srs. deputados, vamos votar em bloco agora a redação final de todas as matérias que acabamos de votar.

Votação da redação final da Proposta de Emenda à Constituição n. 0001/2007.

Votação da redação final dos Projetos de Lei Complementar n.s.: 0025/2014, 0029/2014 e 0031/2014.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s.: 0110/2014, 0155/2014, 0160/2014, 0261/2014, 0173/2014,

0282/2014, 0283/2013, 0316/2014, 0309/2014, 0272/2014, 0531/2013, 0194/2014, 0318/2014, 0319/2014, 0306/2014, 0301/2014, 0293/2014, 0315/2014, 0312/2014, 0002/2014, 0003/2014, 0004/2012, 0014/2011, 0015/2013, 0061/2014, 0067/2011, 0087/2011, 0088/2012, 0088/2014, 0093/2011, 0095/2010, 0144/2014, 0122/2013, 0117/2012, 0113/2013, 0107/2014, 0151/2013, 0321/2014, 0158/2013, 0174/2012, 0180/2011, 0185/2011, 0302/2014, 0494/2011, 0079/2013, 0198/2014, 0216/2014, 0233/2013, 0242/2009, 0245/2014, 0297/2014, 0266/2012, 0274/2011, 0271/2014, 0265/2014, 0275/2011, 0276/2014, 0279/2014, 0289/2013, 0290/2013, 0292/2014, 0295/2012, 0296/2014, 0247/2012, 0299/2013, 0313/2014, 0317/2013, 0317/2014, 0343/2013, 0348/2011, 0386/2013, 0418/2013, 0508/2013 e 0572/2013.

Projetos de Resolução n.s.: 0003/2013, 0004/2013 e 0007/2013.

Não há emendas às redações finais. Estão em votação às redações finais. Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por unanimidade. Srs. deputados, estamos próximos do fim do horário regimental. Desta forma, prorrogaremos a sessão por mais uma hora, para que possamos concluir os trabalhos.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0505/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 0913/2014; de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0914/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0915/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0916/2014 e 0917/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, e 0918/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Moção n. 0114/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada ao governador do estado, apelando por isenção aos agricultores da cobrança de IPVA e demais taxas decorrentes do licenciamento e emplacamento de incidentes sobre as colheitadeiras, máquinas agrícolas e tratores registrados no estado.

Em discussão. (Pausa) Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação. Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada. Moção n. 0115/2014, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviada ao produtor cultural do Grupo Teatral Anjos da Noite, do município de Tijucas, manifestando aplauso pelas comemorações alusivas ao aniversário de fundação do grupo.

Em discussão. (Pausa) Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação. Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada. Moção n. 0116/2014, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao governador do estado, ao secretário de estado da Casa Civil, ao secretário de estado da Justiça e

Cidadania, ao secretário de estado da Segurança Pública e à comandante do 26º Batalhão da Polícia Militar de São Miguel d'Oeste, parabenizando a comandante Lucimar Savaris por ser a primeira mulher a assumir um posto de comando nos 179 anos da história da Polícia Militar do estado.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação. Os srs. deputados que a aprovam

permaneçam como se encontram. Aprovada.

Pedido de Informação n. 0070/2014, de autoria da deputada Angela Albino e outros, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações acerca da implantação da subestação de energia da Palhocinha, em 2007, e da Encantada, em 2014, ambas no município de Garopaba.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação. Os srs. deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram. Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia. Agora, sim, esta Presidência concede

a palavra ao eminente deputado Dirceu Dresch, para que possa fazer a apresentação do relatório final da CPI das Águas da Palhoça.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar os srs. deputados e as sras. deputadas.

(Passa a ler.)

"Através do Ato da Presidência n. 0002/2014, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fato determinado, consistente em possíveis ilícitos praticados na concessão, outorga ou permissão dos serviços de água e esgoto feita pelos municípios a pessoas jurídicas de direito público e privado. E também frente à empresa, concessão de serviço de água e esgoto prestados pela empresa Raiz Soluções Inteligentes Ltda., e a prefeitura de Florianópolis.

Cito os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Deputada Angela Albino, presidente; este deputado, como relator; e os deputados Carlos Chiodini, Marcos Vieira, Moacir Sopelsa, Reno Caramori e Darci de Matos, como membros. Todos conduziram os trabalhos da CPI com muito trabalho e dedicação.

Vou fazer, srs. deputados e sras. deputadas, um resumo muito breve aqui sobre os trabalhos da CPI. Não foi um ano muito fácil, não foi um trabalho fácil, tivemos uma Copa do mundo e o período de eleições. É importante destacar que os trabalhos da CPI foram guiados pelo propósito de apurar possíveis atos ilícitos praticados no município de Palhoça, na concessão de serviços de água e esgoto prestados pela empresa Raiz Soluções Inteligentes Ltda., e pela Prefeitura Municipal de Palhoça.

No curso dos trabalhos, com a participação do Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado, obtiveram-se informações de grande relevância para a instrução do processo do presente relatório.

Em síntese, conforme se extrai da autoria realizada pelo Tribunal de Contas do estado há evidências quanto a supostos ilícitos e malversação de recursos públicos nos contratos estabelecidos entre a empresa Raiz Soluções Inteligentes, pela Prefeitura Municipal de Palhoça, Diretoria de Controle e Licitações e contratações do Tribunal de Contas do estado sugere:

(Passa a ler.)

"Converter o presente processo em tomada de contas especial, nos termos do art.32 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, tendo em vista a mediação/pagamento irregular de R\$ 10.052.894,34 (dez milhões, cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos), por mão de obra não utilizada na prestação de serviços por parte da Empresa Raiz Soluções Inteligentes Ltda., nos contratos n.s 198/2008, 109/2009, 011/2010, 145/2010 e 005/2011, incluindo os reajustes pagos no contrato n. 005/2011, contrariando os artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme descrito no item 2.1 do presente Relatório e nos Quadros anexos ao final deste Relatório.

Definir a responsabilidade solidária, nos termos do art. 15, I, da Lei Complementar n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e determinar a citação dos Responsáveis nominados nos itens seguintes, nos termos do art. 15, II, da Lei Complementar n. 202/00, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta deliberação, com fulcro no art. 46, I, 'b', do mesmo diploma legal c/c o art. 124 do Regimento Interno, apresentem alegações de defesa acerca das seguintes irregularidades que está posto neste processo." [sic]

Então, eu não vou ler aqui todas as pessoas envolvidas desde o município até a empresa prestadora do serviço, mas vou ler os encaminhamentos e as recomendações que a CPI aqui propõe.

(Continua lendo)

"Ante ao exposto e considerando a competência deste Poder Legislativo, apresento aos Excelentíssimos Membros da CPI, bem como ao Plenário desta Casa, a que será submetido o Relatório Final dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, as recomendações, propostas e encaminhamentos que entendo devidos, para que se busque o estrito cumprimento legal quanto à prestação de serviços de água e esgoto no Município de Palhoça, entre a Prefeitura Municipal e a empresa Raiz Soluções Inteligentes. Faço-o nos seguintes termos:

4.4.1 A CPI deliberou pelo encaminhamento da versão original deste Relatório Final, ao presidente da Assembleia Legislativa, solicitando a disponibilização integral da versão digital junto ao sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

4.4.2 A CPI deliberou pelo encaminhamento de expediente da Assembleia Legislativa, endereçada aos órgãos abaixo discriminados, que foram convidados para participar das reuniões da CPI, solicitando que acessem o site eletrônico da Alesc para tomarem conhecimento integral do Relatório Final da CPI das Águas de Palhoça, quais sejam: o Ministério Público de Santa Catarina e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Também deverá ser encaminhada ao Ministério Público Estadual a conclusão deste inquérito.

Bem como o encaminhamento de expediente da Assembleia Legislativa, endereçada à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

Outrossim, o encaminhamento do expediente deve ser endereçado às prefeituras e câmaras de vereadores dos municípios de Santa Catarina, à Agência Reguladora de Serviço e Saneamento Básico do estado de Santa Catarina - Agesan -; à Agência Nacional

de Águas - Ana -; ao Tribunal de Contas da União - TCU -; à Controladoria-Geral da União - CGU -; e cópias dos autos ao governador do estado de Santa Catarina.”

Então, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham, a CPI encaminha e traz aqui um resumo sobre os acompanhamentos, as investigações, uma síntese de que, infelizmente, as prefeituras, não apenas a de Palhoça - percebemos isso onde acontece a municipalização -, deixam vencer os contratos e fazem um contrato, a toque de caixa, para prestar o serviço de água e de esgoto nos municípios.

Apresenta-se, pelo levantamento e tomada de contas do Tribunal de Contas do estado, um possível um desvio de R\$ 10 milhões.

Nós encaminhamos um pedido ao Tribunal de Contas do estado e também ao Ministério Público de Santa Catarina para que façam um acompanhamento de todos os processos de municipalização de água, mesmo que isso não seja fruto de investigação dessa CPI, uma vez que esta tinha um fato determina e limitado ao município de Palhoça, mas que se acompanhem os demais casos de municipalização de água no estado de Santa Catarina.

Então, sr. presidente, era isso, e queremos agradecer à nossa presidente, aos nossos membros, a toda equipe de assessoria da Casa, a toda equipe de assessoria das comissões que participaram e nos assessoraram nesse trabalho da CPI, que tinha o fato determinado à municipalização da água no município de Palhoça.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch, v.exa. cumpriu com a sua obrigação apresentando, portanto, o parecer.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, é um assunto extra. Estou preocupado, pois temos um projeto a respeito dos bombeiros, voluntários e militares, no que se refere a transportar nas viaturas dos bombeiros pessoas como a rainha de carnaval, prefeito eleito, jogador de futebol, lutador de boxe, etc., durante algumas comemorações, enquanto isso, a corporação fica desfalcada.

Esse projeto está em diligência para a Abvsc. Vou verificar, ainda, a situação em que ele se encontra para ver se temos condições de incluí-lo na pauta de amanhã, pois esse projeto vai beneficiar, não apenas os bombeiros militares e voluntários, mas o povo catarinense. Não tem nada que carregar, deputado Manoel Mota, um campeão a desfilar pela cidade na viatura dos bombeiros. Não pode! Bombeiro não é para fazer desfile.

Então, gostaria apenas de fazer esse registro porque esse projeto é importantíssimo. Hoje, ainda, vou verificar onde está o processo.

Obrigado!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Amanhã haverá sessão, presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não. Vamos encerrar a 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, no dia de hoje, e farei a convocação para a próxima sessão solene, no dia 1º de janeiro, para a posse do governador e do vice-governador.

Como não temos mais nenhuma pauta, vamos encerrar as atividades na sessão de hoje.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, já fiz ontem, da tribuna, a minha despedida oficial, mas gostaria de aproveitar este momento, na sua presença, deputado Joares Ponticelli, quando também estão se despedindo os deputados Nilson Gonçalves, Sargento Amauri Soares, Renato Hinnig, Reno Caramori e a deputada Angela Albino, com os quais convivemos nesta legislatura, tantos deputados que cumpriram com o seu mandato aqui na Casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Veja que só ficamos nós que não estamos querendo soltar...

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - É verdade. Não queremos soltar o microfone, queremos levá-lo para casa.

Eu sei que para alguns é apenas um até breve, pois retornarão, com certeza, daqui a quatro anos; para outros, um efetivo adeus. Quero, mais uma vez, agradecer essa parceria durante esses 24 anos que eu estive aqui na Casa, com todos os deputados e deputadas, especialmente com os servidores, o pessoal do meu gabinete, e dizer que a vida segue. Quem sabe, lá na frente, nós nos cruzaremos, sempre dentro da boa política que tentamos todos nós exercer.

Esperamos que o Parlamento possa continuar o seu designio, cada vez mais forte, cada vez mais democrático, cada vez mais transparente, e servindo, acima de tudo, ao eleitor e à sociedade catarinense.

Um adeus a todos e continuaremos a nossa vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel pela sua manifestação.

Enquanto v.exa. não se retira do plenário, eu quero, e tenho certeza de que falo em nome de muitos, agradecer a oportunidade da convivência e do aprendizado com v.exa.

Eu estou há 16 anos convivendo com v.exa. e vou sentir muita falta desse convívio diário. V.Exa. é um político do bem, foi um professor para muitos aqui. Tenho certeza de que para o deputado Valmir Comin, pois chegamos juntos, e para tantos outros, v.exa. foi um grande presidente desta Casa, um visionário, o criador da TV Assembleia, da Escola do Legislativo, de instrumentos tão poderosos, dos nossos meios de comunicação, que adotou mecanismos de transparência e de abertura do Parlamento.

Foi um grande convívio e espero que na 19ª Legislatura possamos nos encontrar mais uma vez aqui.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

A falsa despedida do deputado Manoel Mota.

V.Exa. não estava aqui, deputado Gilmar Knaesel, nas Breves Comunicações, quando foi feito um acordo para conceder a palavra apenas para os deputados que estivessem saindo.

O deputado Manoel Mota enganou essa Presidência, porque ele se inscreveu, requereu, e ao final da sua manifestação, aliás, aos 48 do segundo tempo, porque já no minuto de número 11, acho que numa homenagem que ele prestou ao nosso número, ele disse: quero dizer que eu encerro dia 31 este mandato, mas dia 1º já estou aqui assumindo outro.

Então, foi uma falsa despedida, e agora ele pede novamente um espaço em aparte e eu concedo.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Já estou voltando!

Eu quero, meu caro presidente, deputado Joares Ponticelli, em seu nome, agradecer todos os membros da Mesa, com quem compartilhamos os trabalhos do ano passado e deste ano.

Quero saudar todos os nossos companheiros deputados e deputadas, os que ficaram e os que saíram, e desejar muita luz divina para todos.

Eu quero agradecer os funcionários desta Casa, quero agradecer ao meu gabinete, à minha equipe de trabalho, que não mediu esforços para me ajudar, para contribuir.

Então, quero agradecer à sociedade como um todo, que deu condições que pudéssemos chegar pertinho do sétimo mandato, o maior número de mandatos deste Parlamento, e, se Deus quiser, no ano que vem, assumirei o sétimo mandato.

O deputado Reno Caramori disse que morre quem assume o sétimo mandato, que apenas dura um semestre. Então, quero quebrar esse tabu.

Quero deixar um abraço a toda essa equipe de trabalho, aos meus colegas deputados, à minha gente como um todo, dizendo da alegria da convivência desses 24 anos de vida pública aqui no Parlamento.

Eu, sinceramente, tenho orgulho em dizer que o nosso Parlamento, a nossa Assembleia Legislativa, tem um time de Copa do Mundo de 1970, que são deputados e deputadas atuantes, trabalhadores, que honram o voto que recebem e cumprem a sua missão por Santa Catarina.

Por isso, quero deixar um abraço, meu caro presidente, e dizer que se eu estiver aqui de volta o gabinete estará à inteira disposição do amigo. Tivemos uma boa convivência, superando todas as dificuldades e convivendo com harmonia pelo bem comum de Santa Catarina e do sul do nosso estado.

Por isso, quero deixar um abraço e dizer que já estou saindo com saudade de voltar, de ver os amigos e de abraçar a minha gente. Um abraço, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado pelo carinho e pela lealdade, especialmente nesse tempo que compartilhamos os trabalhos da Mesa Diretora.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero aproveitar esta oportunidade, da última sessão do ano de 2014, que foi um ano extraordinário, para agradecer a todos que contribuíram para prestar esse serviço, neste período, para o povo catarinense. Quero desejar a todos um bom Natal, muita luz, muita força e um bom Ano-Novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Nesta última sessão, quero agradecer a Deus, a família, aos meus familiares, a toda a equipe do gabinete e a todos os funcionários da Casa.

Tivemos uma eleição extremamente difícil, mas estamos aqui novamente pela vontade de Deus e pela força de muitos amigos que nos apoiaram. Espero que nestes próximos quatro anos a gente possa fazer muito mais por

Santa Catarina. Temos muito que aprender. Já aprendemos muito com todos aqui, aprendemos a ter equilíbrio, tranquilidade e tudo que é importante nessa ação política, que procuramos fazer com dedicação, com carinho e com muito trabalho. Então, quero agradecer a todos os nossos amigos e desejar um bom Natal e um ano de 2015 de muita paz, de muita alegria.

Para finalizar, fiquei de registrar hoje e parabenizar a equipe Asme de futsal, de São Miguel d'Oeste, que foi campeã no último sábado, na Copa Santa Catarina, e o Bugre, do Oeste, uma grande escolinha de atletas que foi campeã catarinense sub-13, no último final de semana. Então, parabéns à Asme. Ao Bugre, do Oeste, e à Rede Peperi pela transmissão, enfim, a toda equipe.

Então, quero agradecer a todos os nossos colegas deputados. Que Deus nos abençoe e um próspero Ano-Novo a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, quero ainda fazer um apelo para que na próxima legislatura avance esse projeto dos bombeiros que proíbe o transporte de pessoas em solenidades, o Projeto de Lei n. 291. O deputado José Nei Ascari pediu diligência à Abvesc e ao comando dos Bombeiros Militares. Estaremos fazendo um grande favor para a sociedade catarinense.

Tinha deixado para fazer amanhã alguns agradecimentos e fui tomado de surpresa com a notícia de que amanhã não haverá sessão, então vou fazê-los hoje.

Quero reconhecer o trabalho e agradecer aos bombeiros voluntários de Santa Catarina e aos bombeiros militares por tudo que têm feito por Santa Catarina. Espero e peço a Deus que na próxima legislatura os bombeiros voluntários e os bombeiros militares entendam-se e que o governo coloque um ponto final nessa guerrilha que foi criada por alguns. Hoje há a duplicidade em alguns municípios, criando uma despesa grande para o estado. Os bombeiros voluntários são uma enorme economia para o estado. Então, que os bombeiros militares mantenham as corporações onde existem e que ambos continuem fazendo seu trabalho magnífico, salvando vidas e bens.

Quero deixar aqui esse registro de agradecimento. Espero que esta fala seja incorporada no pronunciamento que fiz hoje à tarde para que essas pessoas abnegadas saibam o quanto seu trabalho é importante.

Quero dizer aos deputados e as deputadas que nestes anos tivemos a oportunidade de convívio, fazendo com que o Parlamento fosse responsável pelo bem estar da sociedade, e vamos continuar juntos em sentimento. Estamos aqui para fiscalizar e criar leis. E quero externar meu agradecimento a todos que conviveram conosco no trabalho em benefício da sociedade. Ninguém trabalha individualmente ou em benefício próprio. Este Parlamento é um grande responsável pelo bem estar do povo catarinense.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, tomei conhecimento de uma notícia hoje e tínhamos a intenção de

apresentar uma indicação a respeito, mas com a movimentação que tivemos nas últimas sessões não foi possível. Então, peço que conste em ata que a sra. Lucimar Savaris tomou posse no último dia 2 de dezembro como comandante de um batalhão em Santa Catarina, de Herval do Oeste. Ela é a primeira mulher a assumir o comando de um batalhão em Santa Catarina, nos 179 anos que a corporação existe neste estado.

Não tive a oportunidade de apresentar a indicação, mas gostaria que constasse em ata, e depois remetemos. Esse foi um feito histórico e mostra ainda a atualidade da luta das mulheres. Depois de 179 anos, pela primeira vez um batalhão terá o comando de uma mulher neste estado. Parabéns a Lucimar, que fez essa ousadia, principalmente num ambiente tão masculino. E ela relatava que 17 anos atrás, na primeira vez que assumiu um posto de comando, um subordinado seu disse que jamais obedeceria as ordens de uma mulher, e duas horas depois, provavelmente sua mulher o chamou à responsabilidade, ele retornou, pediu desculpas e manteve-se sob o comando dela.

Então, quero fazer esse registro formalmente e aproveito os últimos minutos para desejar, em particular, a v.exa. que esta nova fase da vida seja prodigiosa como foram todos os seus dias nesta Casa.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigada pelo carinho, deputada.

Desejo de coração também a v.exa. na torcida e na expectativa de visitá-la no sei gabinete na Câmara Federal, em Brasília, porque aquela Casa vai-se agigantar com a presença de v.exa., não tenho nenhuma dúvida, como esta Casa se agigantou com a sua presença durante os quatro anos.

Eu determino à assessoria que encaminhe a indicação verbal feita pela deputada Angela Albino, subscrita, primeiramente por ela, mas em nome de todos os deputados que compõe esta Casa, porque realmente é um feito histórico, uma mulher assumir pela primeira vez na história da nossa gloriosa Polícia Militar o comando de um batalhão, e logo lá, no início do estado, em São Miguel d'Oeste.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Também gostaria de parabenizar a nova comandante do batalhão. Quero dizer que concordo plenamente, embora tenha feito uma manifestação política no início da sessão, chegou-me a informação depois, e quero repercutir aqui, a notícia internacional de que o presidente dos Estados Unidos, Obama, e o presidente de Cuba, Raul Castro, têm conversado e está definida a reabertura das embaixadas de Cuba, nos Estados Unidos e, dos Estados Unidos, em Cuba. Acho que isso é bom, quem sabe faça parte do espírito natalino, depois de 50 anos de rompimento diplomático, essa mudança de relação entre o governo de Cuba e o governo dos Estados Unidos.

Por fim, quero agradecer, sr. presidente, todos os servidores e servidoras, desta Casa, pela acolhida, todos os deputados que convivemos aqui mandato anterior e neste, a v.exa. e a todos os mais deputados que nos ensinaram, não obstante todos os nossos pontos de vista, divergências e até momentos, às vezes, agudos. Quero dizer que não levo nenhuma mágoa e absolutamente nenhum rancor, somente a felicidade, posso dizer dessa forma, ter sido deputado estadual no estado de Santa Catarina.

Eu filho de agricultor, pobre, lá alto vale de Itajaí, policial militar, por 21 anos, a maioria do tempo com turno no pé, jamais imaginava que um dia seria deputado por Santa Catarina. Via os poderes tão distantes da realidade que vivíamos. Graças a nossa gente, especialmente, aos praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, aos quais, com imensa gratidão, quero agradecer essa oportunidade. Quero dizer que a vida segue, as nossas lutas também, assim como o nosso ponto de vista.

Quero desejar boas festas, um bom Natal e felicidades para os deputados que continuarão a partir de 1º de fevereiro de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, agradecer sempre faz bem ao coração e queremos externar a nossa gratidão a Deus, à família, à Mesa Diretora, aos catarinenses, aos funcionários desta Casa, aos colaboradores e gabinetes.

Quero dizer, deputado Joares Ponticelli, que v.exa., em especial, foi um exímio professor. Espelhei-me na sua caminhada, na sua trajetória e quero desejar sucesso ao amigo e àqueles que deixam esta Casa.

Eu gosto muito de um poeta chamado Afonso Romano de Santana, que diz: "O viajante é a soma de suas viagens." E nós concluímos uma viagem, uma etapa de quatro anos. E queremos desejar aos viajantes que por aqui peregrinam, àqueles que vão peregrinar por outras estradas, sucesso e que a luz de Deus possa iluminar os nossos caminhos, os nossos corações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Não havendo mais oradores inscritos, também quero aproveitar este momento de encerramento da 4ª Sessão Legislativa, da 17ª Legislatura, para agradecer, primeiramente a Deus, por ter-me dado essa oportunidade, deputado Sargento Amauri Soares, assim como v.exa., de sair lá do nosso amado alto vale do Itajaí, com a trajetória até parecida com a sua, filho de um casal de pequenos agricultores que labutaram muito para vencer na vida e educar os quatro filhos.

Depois que saí da roça, fui para Rio do Sul, onde trabalhei de garçom na lanchonete do Nardelão, também de empacotador e caixa do Nardelão, que v.exa. conhecia muito bem, o nosso saudoso Juvino Nardeli. Depois ingressei no Magistério por concurso público, em 1984, trabalhei, deputada Angela Albino, na mais nobre experiência que um professor pode ter, na época da escola isolada, ainda muito seriada, quando o professor tinha que ser o padre no final de semana - porque as igrejas evangélicas ainda eram poucas naquele tempo, deputado Ismael dos Santos, a igreja Católica ainda era muito forte -, fazer cultos, ser consultor, uma espécie de assistente social das famílias, merendeiro, conselheiro, e limpar a escola. Também, ganhei vários concursos de hortas, da Souza Cruz, para quem lembra, porque produzíamos na escola.

E depois, em 1987, fui para Tubarão para estudar na minha querida Unisul. Tive a oportunidade de dirigir a maior escola daquele município, uma das maiores escolas técnicas de Santa Catarina, a Dionísio Freitas. Em 1996 acabei sendo eleito vereador, numa eleição difícil, seis dias de campanha apenas, e na metade do mandato de vereador virei deputado.

Cheguei aqui em 1998 e convivi desde lá com os deputados Reno Caramori, Valmir Comin, Gilmar Knaesel e Nilson Gonçalves, e depois outros foram chegando. O deputado Reno Caramori já estava aqui, já era decano naquela época, quando cheguei, ele e o Gilmar. E chega um matuto aqui, um colono, semialfabetizado na política, já chamado à vice-liderança do governo e, na segunda metade, líder do governo Amin. Tive a honra de poder liderar a sua base aqui na Casa.

Depois, vieram oito duros anos de Oposição a um governador que massacrava as Oposições, um governador muito tirano com as Oposições e com o meu partido, que perseguiu muito os nossos prefeitos. Não tenho boa lembrança daquele governo autoritário, que muitas vezes patrulava esta Casa. Tínhamos que nos submeter às ordens soberanas do rei Luiz XV, como deputado Silvío Dreveck e outros lembravam. Foi um tempo difícil, deputado Sargento Amauri Soares, porque esta Casa não era respeitada pelo governador, mas cumprimos o nosso papel. No último mandato fizemos uma aproximação com o governador Raimundo Colombo, que graças a Deus, agiu com os prefeitos municipais muito diferentemente do seu antecessor, tratando as administrações municipais com respeito, sem olhar cor partidária, sem perseguir como o outro fazia, com tirania. O governador Raimundo Colombo tratou as administrações municipais com muito respeito. E foi um tempo de aprendizado.

Tive a alegria e a oportunidade, que v.exas. me concederam, de ascender ao posto máximo desta Casa, no ano passado, de fato e de direito; e neste ano, de exercer por mais oito meses a Presidência num momento de extrema dificuldade. E novamente pude contar com a solidariedade, com o apoio das senhoras e dos senhores, para atravessar aquele mar revolto que foi esse tempo inédito que esta Casa viveu, mas conseguimos sobreviver.

Tive a honra de, por estar presidente - e devo isso a v.exas. e ao gesto praticado pelo governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira -, chegar no ano de 2013 ao posto máximo da estrutura de Poder deste estado e governar o nosso estado por dez dias, que foi um momento muito enriquecedor da minha carreira política. E agora, como fizeram meus colegas, despoço-me de um ciclo, a exemplo dos deputados Reno Caramori, Gilmar Knaesel, Nilson Gonçalves, Sargento Amauri Soares e a deputada Angela Albino.

A nossa luta pela causa pública vai continuar, onde estivermos, com as ferramentas que tivermos para continuar o debate e defender os nossos sonhos para a nossa Santa Catarina, estado que nos orgulha e que é referência no Brasil.

Agradeço muito, de coração, a todos vocês.

Muito obrigado pela solidariedade, pelo carinho, pela parceria, pela tolerância, nos momentos em que eu não os tenha respeitado como deveria. Agradeço a todos os servidores desta Casa, que são o nosso maior patrimônio. Aprendi a respeitar e a defender os nossos servidores, muito dedicados, diferentemente do que os setores da grande mídia, não a nossa aqui, mas a grande mídia nacional, dizem, com uma agressividade constante ao Parlamento. É verdade que há mazelas no Parlamento que precisam ser corrigidas, sim, mas nós não somos merecedores, e muito menos os nossos servidores, dos frequentes ataques que o Parlamento recebe, como se tudo aqui tivesse perdido.

Há gente muito qualificada, séria e dedicada nesta Casa.

Agradeço a todos pelo carinho, pelo trabalho e pela lealdade.

Agradeço, é claro, ao meu gabinete. Há servidores aqui que estão comigo há 16 anos; outros; 15, 14, 13, enfim, foram se agregando. É claro que, depois de quatro mandatos, a angústia maior é com os servidores que ficam. Enquanto a gente não vê, deputado Gilmar Knaesel, todos esses servidores encaminhados, ficamos angustiados, não é, deputado Reno Caramori? A gente fica com uma sensação de incompetência, de impotência. Mas se Deus quiser, todos vão encontrar o seu caminho porque são profissionais com muita competência, leais e dedicados.

Quero agradecer a todos. Muito obrigado pela tolerância, aprendi muito, saio daqui com a consciência do dever cumprido e muito agradecido por tudo que aprendi com todos vocês.

Foram 16 anos que passaram rápido, de muito aprendizado. Não me arrependo de nada, faria tudo o que fiz novamente, mas talvez teria ouvido um pouco mais para aprender ainda mais com todos os senhores.

Muito obrigado a todos e que Deus os proteja!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o meu querido professor e amigo, Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Deputado Joares Ponticelli, poderia fazer referência a vários momentos importantes que vivemos nesta Casa, os embates políticos, os encaminhamentos de todas as formas, mas gostaria de dizer que v.exa., ao longo desses anos, deixou uma marca muito importante: a palavra.

Lembro-me do nosso primeiro grande momento. V.Exa., juntamente com o deputado Valmir Comin, recém-chegados nesta Casa, ambos assumindo o primeiro mandato, e estávamos a frente à eleição da Presidência da

Assembleia Legislativa. E, como de costume, o Poder Executivo, muitas vezes, quer impor a sua candidatura, o seu desejo aqui na Casa. E nós tínhamos o encaminhamento feito dentro da nossa bancada no momento em que convivemos juntos, com o deputado Reno Caramori, no mesmo partido, e a maioria da bancada escolheu o meu nome para ser o presidente da Casa. E v.exa. e o deputado Valmir Comin sofreram, naquele momento, a interferência do Poder Executivo, do governador para que não votassem em mim, para que escolhessem outro candidato, mas v.exas. tinham dado a palavra e cumpriram. Graças a esse gesto, a estes votos, consegui alcançar a Presidência da Assembleia Legislativa.

Então, naquele momento nos tornamos mais do que amigos, mais do que colegas, mais do que parceiros, a partir daquele momento nos tornamos irmãos. E, ao longo desses anos, durante todos os seus mandatos, na Presidência da Casa, como governador em exercício e em tantas outras funções importantes, v.exa. nunca desviou desse seu compromisso: manter a palavra.

Eu acho que esta é a maior marca que nós levamos como homens públicos.

Então, sei que v.exa. tem uma caminhada pela frente, vai dar uma parada, uma pausa, mas vai continuar na boa política, aquela que nós procuramos exercer, e eu saio também desta Casa, mas por onde andar, sempre direi que convivi com v.exa., que foi um grande parlamentar e um grande amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel, e que Deus nos dê força para continuar a nossa caminhada, porque, como bem disse o deputado Nilson Gonçalves, hoje, agora os hábitos mudam, e v.exa. vai ter mais dificuldade ainda, porque está nesta Casa há 24 anos; eu e o deputado Nilson Gonçalves, há 16 anos; e o deputado Sargento Amauri Soares, há oito anos. Já estávamos acostumados com este Parlamento. Nós vamos ter que nos readaptar, mas certamente, vamos continuar a nossa missão.

Mais uma vez, muito obrigado a todos e que Deus proteja todos os catarinenses que ao longo desse tempo nos acompanharam, torceram, vibraram e criticaram, e que certamente nos fizeram crescer e aprender. Agradeço muito e espero continuarmos nos encontrando nas esquinas da vida. Daqui a pouco em outras missões, que esperamos, receber a confiança dos catarinenses para empreender.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para o dia 1º de janeiro, às 19h, para a posse do governador e do vice-governador.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 012-DL, de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 65, inciso VI, alínea "I" do Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, no uso de suas atribuições RECONSTITUI a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador, integrada pelos Senhores Deputados Neodi Saretta, Rodrigo Minotto, Narcizo Parisotto e Mauro de Nadal, com o objetivo de apoiar, incentivar e assistir a estudos relativos à defesa e saúde do trabalhador no Estado.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 4 de março de 2015.

Deputado GELSON MERISIO

Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 008-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Patricio Destro para ausentar-se do País, no período de 16 a 19 de março do corrente ano, a fim de viajar aos Estados Unidos da América, onde irá participar do *Seatrade Miami*, maior feira de cruzeiros marítimos do mundo.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 4 de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - 3ª Secretária

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 009-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Kennedy Nunes para ausentar-se do País, no período de 19 a 24 de março do corrente ano, a fim de viajar a Lima-Peru, em caráter particular.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 4 de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário
Deputada Dirce Heiderscheidt - 3ª Secretária
*** X X X ***

ATOS DA MESA**ATO DA MESA Nº 169, de 4 de março de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 331/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, o servidor **LUIZ ALBERTO METZGER JACOBUS**, matrícula nº 1912, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com ressarcimento pelo órgão cessionário, a contar de 1º de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 170, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0946/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 2º § 5º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **MARIA GERALDINA DA SILVA SOUZA**, matrícula nº 1255, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-67, a contar de 13 de fevereiro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 171, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0830/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 2º § 5º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **MYLLENE VIEIRA CAMILLI**, matrícula nº 1902, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-67, a contar de 9 de fevereiro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 172, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0947/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 2º § 5º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **MARCIA HELENA PEREIRA**, matrícula nº 1330, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, a contar de 13 de fevereiro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 173, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0976/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 1º § 19º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **CELITA PINTO FORTKAMP**, matrícula nº 1811, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-67, a contar de 12 de fevereiro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 174, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **ARNO JOAO JERONIMO**, matrícula nº 1406, da função de Assessoria técnica-parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de março de 2015 (Gab Dep Gelson Merisio).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 175, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **VANOIR GUAREZI ZACARON**, matrícula nº 1394, da função de Chefia de Seção - Controle de Agenda, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de março de 2015 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 176, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º DESIGNAR o servidor **ARNO JOAO JERONIMO**, matrícula nº 1406, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Controle de Agenda, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de março de 2015 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Art. 2º Por ter estabilizado a função de confiança, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 177, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **DERLEI CATARINA DE LUCA**, matrícula nº 895, da função de Assistência técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de março de 2015 (DL - CC - Comissão de Turismo e Meio Ambiente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 178, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

DESIGNAR o servidor **ALEXANDRE ALDO CIPRIANI**, matrícula nº 1552, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de março de 2015 (DL - CC - Comissão de Turismo e Meio Ambiente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 179, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **LUIZ CARLOS ALVES JUNIOR**, matrícula nº 7189, da função de Chefia - Secretária de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de março de 2015 (DL - CC - Comissão de Turismo e Meio Ambiente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 180, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

DESIGNAR a servidora **CAROLINE CRISTINA CARDOSO RAMOS**, matrícula nº 7175, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de março de 2015 (DL - CC - Comissão de Turismo e Meio Ambiente).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 181, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **TANIA MARIA HILSENDEGER DA SILVA**, matrícula nº 1249, da função de Chefe da Seção de Psicologia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de março de 2015 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 182, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

DESIGNAR o servidor **GABRIEL BARBATO**, matrícula nº 1203, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Psicologia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de março de 2015 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 183, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR RENO LUIZ CARAMORI, matrícula nº 2556, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar da Presidência, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 184, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no 4º aditivo ao Termo de Cooperação Técnico - Institucional celebrado entre os Poderes Legislativo e o Tribunal de Contas do Estado, visando cooperação técnico-profissional recíproca de servidores,

PRORROGAR até 31 de dezembro de 2015, os efeitos do Ato que colocou à disposição do Tribunal de Contas do Estado, o servidor **MARCOS GRAFF CESAR**, matrícula nº 1729.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 185, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0857/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,

ATRIBUIR à servidora **LUCIANA GARCIA WINCK**, matrícula nº 7244, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 11 de fevereiro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 186, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0473/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e o art. 7º da EC nº 41/2003 c/c parágrafo único do art. 3º da EC nº 47/2005.

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **ANGELA DE ARAÚJO BORTOLUZZI**, matrícula nº 984, no cargo de Analista Legislativo, habilitação em Nível Superior/Assistente Social, código PL/ALE-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 5 de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 187, de 4 de março de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 879/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da EC nº 41/03, em combinação com o art. 6-A da EC nº 41, com a redação que lhe deu a EC nº 70/12, na forma parametrizada pelo art. 70 da Lei Complementar nº 412/08,

CONCEDER APOSENTADORIA por invalidez, ao servidor **EDMILSON MATTOS**, matrícula nº 1505, no cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-30, habilitação nível fundamental/Agente Legislativo do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade, na forma da lei, a contar de 1º de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quinze, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antônio Aguiar, Darci de Matos, Dirceu Dresch, Gean Loureiro, José Milton Scheffer, Kennedy Nunes, Patrício Destro e Rodrigo Minotto. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente cumprimentou nominalmente todos os membros da Comissão, desejando-os boas vindas. Ato contínuo passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Kennedy Nunes**, relatou o PL./0265.2/2008, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.330, de 2008, que institui o Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal, Animal e de Uso Culinário, seu parecer inicialmente verbal com o compromisso de fazê-lo por escrito posteriormente, foi favorável à revalidação do voto vista do Deputado Darci de Matos, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Patrício Destro** abriu discussão à Emenda Substitutiva Global, ao PL./0342.9/2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional habilitado e capacitado a atuar como intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços, públicos ou privados, no âmbito do Estado de Santa Catarina, informando que seu parecer será pela apresentação, na próxima reunião ordinária, de uma Sub Emenda alterando "100 funcionários para fluxo de pessoas". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, vinte cinco de fevereiro de dois mil e quinze.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.315, DE 4 DE MARÇO DE 2015

Aprova as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina referentes ao exercício financeiro de 2012.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 40, inciso IX, da Constituição do Estado e do art. 186, inciso III, do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina referentes ao exercício financeiro de 2012, integradas pelas contas do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 773, de 2 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA CLAUDIA MOTTER BORGES**, matrícula nº 6109, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Março de 2015 (DL - CC - Comissão de Segurança Pública).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

Republicada por incorreção

*** X X X ***

PORTARIA Nº 825, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 700, de 27 de fevereiro de 2015, que nomeou a servidora **ADRIANA JUSSARA PAPINI**, matrícula nº 7649, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "... GAB-44 ..."

LEIA-SE: "...GAB-70..."

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 826, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a pedido, a Portaria nº 774, de 2 de março de 2015, que nomeou a servidora **FATIMA APARECIDA BERNARDI**, matrícula nº 5847.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 827, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MAURO ANTONIO ZANOTTO**, matrícula nº 6584, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Março de 2015 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 828, de 4 março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor FRUTUOSO ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 7605, de PL/GAB-71 para o PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Março de 2015 (Gab Dep Valdir Cobalchini).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 829, de 4 março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR EMILIANO RAMOS BRANCO NETO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-79, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gabriel Ribeiro).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 830, de 4 março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ESMIR JOSE ANDREO, matrícula nº 7737, de PL/GAB-69 para o PL/GAB-82, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Março de 2015 (Gab Dep Valduga).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 831, de 4 março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor SERGIO ROBERTO SCHEFFER, matrícula nº 6708, de PL/GAB-94 para o PL/GAB-84, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Março de 2015 (Gab Dep Valduga).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 832, de 4 março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR NICOLY SOUZA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gean Loureiro).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 833, de 4 março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **HARRI WALTER HUBNER**, matrícula nº 7442, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Março de 2015 (Gab Dep Gelson Merisio).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 834, de 4 março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora SONIA TEREZINHA PRIMON ZENATTI, matrícula nº 7245, de PL/GAB-56 para o PL/GAB-63, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Março de 2015 (Gab Dep Gelson Merisio).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 835, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR CARLA SILVANIRA BOHN, matrícula nº 9221, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-69, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - Gabinete da Presidência).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 836, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor RICARDO KRAMBECK JUNIOR, matrícula nº 4570, de PL/GAB-85 para o PL/GAB-79, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Março de 2015 (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 837, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR CALINA WOJCIECHOWSKI, matrícula nº 2456, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, Atividade Parlamentar Externa/Biométrico, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Março de 2015 (Gab Dep Ana Paula Lima - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 838, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR FÁBIO DA VEIGA, matrícula nº 6349, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima - Itajaí).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 839, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR EVERTON LUIZ DE ANDRADE para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep João Amin - São Domingos).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 840, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **HENRIQUE SECCON**, matrícula nº 7653, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Março de 2015 (Gab Dep Romildo Titon).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 841, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR LUNEI LUCIANO LEIVA LOUREIRO, matrícula nº 3964, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Marcos Vieira - Irani).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 842, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

DESIGNAR a servidora **LARISSA GARCIA MARTINS**, matrícula nº 6867, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe de Seção - Assessoramento de Relações Humanas, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, BEATRIZ CAMPOS ELIAS ACORSI, que se encontra em licença para tratamento de saúde por 90 (noventa) dias, a contar de 9 de fevereiro de 2015 (DRH - Coordenadoria de Estágios Especiais).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 843, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

DESIGNAR o servidor **REMI DE FAVERIS**, matrícula nº 7526, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria técnica-administrativa - Secretaria, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, LARISSA GARCIA MARTINS, que se encontra substituindo a Chefe da Seção - Assessoramento de Relações Humanas por noventa dias, a contar de 9 de fevereiro de 2015 (DRH - Coordenadoria de Estágios Especiais).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 844, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ART. 1º DESIGNAR a servidora **LUCILA DEMENECK ANTUNES**, matrícula nº 1891, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de

Informações, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARIA LUIZA DA SILVA DALBOSCO, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 2 de março de 2015 (DTI - Coordenadoria de Informações).

ART.2º - Por ter estabilizado função de confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 845, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **EDINEIA GONÇALVES BORGES**, matrícula nº 7498, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Março de 2015 (DL - CC - Comissão de Finanças e Tributação).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 846, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR HENRIQUE SECCON, matrícula nº 7653, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Março de 2015 (DL - CC - Comissão de Segurança Pública).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 847, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR BERNADETE SANT'ANNA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 848, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, consolidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 1º de março de 2015.

Gab Dep Ana Paula Lima

Matrícula	Nome do Servidor
5844	PAULO SESAR BATISTA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 849, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, consolidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 3 de março de 2015.

Gab Dep Dalmo Claro de Oliveira

Matrícula	Nome do Servidor
7425	ALEXANDRE HENRIQUE GIL

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 850, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa/Biométrico**, a contar de 1º de março de 2015.

Gab Dep Ana Paula Lima

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
4186	ARLETE DA SILVA	BLUMENAU
7134	AROLD BERNHARDT	BLUMENAU
4716	CELSO MARLOCH	BLUMENAU
6903	EDER LIMA	BLUMENAU
7465	IRENE HUSCHER	BLUMENAU
7575	LENILSO LUÍS DA SILVA	BLUMENAU

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 851, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

LOTAR o servidor **MARCOS ANTONIO SILVEIRA**, matrícula nº 1792, na DL - Coordenadoria de Publicação, a contar de 1º de fevereiro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 852, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JERO DOS PASSOS ESPINDOLA**, matrícula nº 1424, na DL - Coordenadoria das Comissões, a contar de 2 de março de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 853, de 4 de março de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

LOTAR o servidor **EDSON LUIZ DA SILVA AMORIM**, matrícula nº 1243, na DA - Coordenadoria de Transportes, a contar de 2 de março de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***